

PROGRAMA LUZ FRATERNA
Perfil Socioeconômico dos Beneficiários

Volume 1

Convênio
IPARDES/Secretaria de Estado do Planejamento
e Coordenação Geral/Secretaria de Estado do
Trabalho e Promoção Social

CURITIBA
2007

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Roberto Requião - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Ênio José Verri - *Secretário*

José Augusto Zaniratti - *Diretor Geral*

Moisés Francisco Farah Jr. - *Coordenador da CDG*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

José Moraes Neto - *Diretor-Presidente*

Nei Celso Fatuch - *Diretor Administrativo-Financeiro*

Maria Lúcia de Paula Urban - *Diretora do Centro de Pesquisa*

Deborah R. Carvalho - *Diretora do Centro Estadual de Estatística*

Thais Kornin - *Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

EQUIPE TÉCNICA

IPARDES

Maria Luiza M. S. Marques Dias - *Coordenadora*

Eloise Helene Hatschbach Machado

Elyane Neme Alves

Vilmar Gross

Neda Mohtadi Doustdar

Maria Salete Zanchet

Colaboração

Mariza Sugamoto, Lenita Maria Marques (*preparação do formulário*)

Lucrecia Zaninelli (*geoprocessamento*)

Sergio Aparecido Ignácio (*amostragem*)

Deborah Ribeiro Carvalho (*banco de dados e consistência*)

Rosalinda da Silva Corrêa (*banco de dados*)

Norma Consuelo dos Santos, Maria José Navarro Alves (*padronização do formulário*)

PESQUISA DE CAMPO

INDAGO Pesquisas e Marketing Ltda.

EDITORIAÇÃO

Maria Laura Zocolotti (*Coordenação*)

Maria Cristina Ferreira e Cristiane Bachmann (*revisão*)

Ana Batista Martins (*Editoração eletrônica*)

Luiza Pilati Lourenço (*Normalização bibliográfica*)

I59p Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Programa Luz Fraterna / Instituto Paranaense de Desenvolvimento
Econômico e Social. – Curitiba : IPARDES, 2007.
2 v.
Convênio IPARDES, SEPL, SETP.
Conteúdo: v. 1. Perfil socioeconômico dos beneficiários - v.2: Plano
amostral e Manual de instrução do pesquisador para a pesquisa do perfil
socioeconômico dos beneficiários.

1. Programa Luz Fraterna. 2. Programas sociais. 3. Energia elétrica.
4. Paraná. I. Título.

CDU 304(816.2)

APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta os resultados da pesquisa realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) visando avaliar os benefícios do Programa Luz Fraterna, programa social do Governo do Paraná que isenta de pagamento a conta de luz dos domicílios que consomem até 100 kWh e eletricidade por mês.

A avaliação foi conduzida em duas vertentes: uma pesquisa amostral efetivada junto a domicílios beneficiados pelo Programa, a fim de conhecer o perfil socioeconômico dos beneficiários, e uma pesquisa qualitativa conduzida junto a gestores municipais da área de assistência social, com o intuito de conhecer a postura dos gestores na condução do cadastramento de beneficiários dos programas de transferência de renda do Governo Federal.

O relatório que se segue apresenta um sumário executivo, a análise dos resultados da pesquisa amostral e a análise das informações obtidas da pesquisa qualitativa, aplicada aos gestores municipais da política de assistência social. A descrição do processo estatístico de amostragem utilizado para a realização da pesquisa, o formulário da pesquisa de campo aplicado e o manual de instrução fornecido aos entrevistadores de campo compõem o volume 2 deste trabalho.

SUMÁRIO

VOLUME 1

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 INTRODUÇÃO	12
2 RESULTADOS DA PESQUISA AMOSTRAL	15
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO PESQUISADO	15
2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES DOS DOMICÍLIOS	16
2.3 ACESSO A PROGRAMAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	22
2.4 CARACTERIZAÇÃO DO DOMICÍLIO	23
2.5 RELAÇÃO DE BENS DURÁVEIS EXISTENTES NO DOMICÍLIO	27
2.6 PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA LUZ FRATERNA	28
2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
3 RESULTADOS DA PESQUISA QUALITATIVA	35
3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO	36
3.2.1 Cadastramento dos Programas Sociais	37
3.2.2 Recadastramento	37
3.2.3 Capacitação	39
3.2.4 Dificuldades Encontradas	40
3.2.5 Quantificação do Cadastramento	41
3.2.6 Uso do Cadastro	42
3.2.7 Programas Sociais Desenvolvidos nos Municípios	42
3.2.8 Perfil do Gestor	44
3.2.9 Visão do Gestor	45
3.2.10 Percepção do Gestor com Relação ao Programa Luz Fraterna	46
3.2.11 Considerações Finais	49
REFERÊNCIAS	51

VOLUME 2

PLANO AMOSTRAL PARA A PESQUISA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA LUZ FRATERNA

FORMULÁRIO DA PESQUISA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA LUZ FRATERNA

MANUAL DE INSTRUÇÃO DO PESQUISADOR PARA A PESQUISA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA LUZ FRATERNA

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa Luz Fraterna é um programa social do Governo do Paraná que isenta de pagamento a conta de luz dos domicílios que consomem até 100 kWh/mês de eletricidade. Para poder participar do Programa, além do limite de consumo, o domicílio deverá ter ligação de luz monofásica, pertencer à subclasse residencial de baixa renda, ser uma unidade domiciliar de até 40 m² e estar cadastrado no Programa Social da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) ou ser beneficiário de algum dos programas sociais do Governo Federal.

O Programa tem como órgão gestor a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e como órgão executor a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, cabendo às concessionárias de energia elétrica sua operacionalização.

A necessidade de fazer a avaliação deste Programa surge no âmbito das discussões nas Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e do Trabalho, Emprego e Promoção Social, visando identificar o perfil socioeconômico dos beneficiários. Essas discussões estavam voltadas para a expansão do Programa e para a concomitante alteração da Lei n.º 14087 de 11/09/2003, contemplando a exigência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) de que todos os beneficiários tenham o Número de Identificação Social (NIS), fornecido aos inscritos no Cadastro Único de Beneficiários dos Programas Sociais do Governo Federal, permitindo ao Estado o acompanhamento, o controle e o cruzamento de informações fornecidas, além da articulação com outras ações sociais e programas.

OBJETIVOS

Essa pesquisa tem por objetivos identificar o perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa, bem como aferir seu grau de satisfação e os benefícios obtidos a partir de sua inserção no Luz Fraterna. Uma questão adicional nessa avaliação refere-se à percepção dos dirigentes municipais da área de ação social quanto à importância da participação dos municípios no cadastramento dos beneficiários dos Programas Sociais do Governo Federal, uma das condições de acesso ao Programa Luz Fraterna.

Atendendo a esses objetivos, conduziu-se o trabalho em duas vertentes: uma pesquisa por amostra de domicílios beneficiados e uma pesquisa qualitativa, aplicada a um conjunto de municípios selecionados de acordo com a proporção de domicílios inscritos no Cadastro Único do Governo Federal, possuidores do NIS.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa domiciliar foi aplicada em uma amostra, estatisticamente definida, de 2.855 domicílios, sendo 2.325 urbanos e 530 rurais, distribuídos por 66 municípios das diversas regiões, com representatividade dos resultados para o total do Estado. O plano amostral levou em consideração o cadastro de beneficiários do Programa Luz Fraterna, as informações relativas à proporção de famílias pobres nos municípios e a proporção de famílias beneficiárias do Programa que possuem o NIS.

A base para o plano amostral foi o Cadastro das Concessionárias de Energia Elétrica do mês de outubro de 2005, quando foram atendidos 253 mil domicílios, sendo 205 mil urbanos e 47 mil rurais.

A pesquisa qualitativa, por sua vez, seguiu um roteiro de questões que foi aplicado a um grupo de gestores da política de assistência social nos municípios, abrangendo os seguintes temas: perfil do gestor, cadastramento dos beneficiários de programas sociais (Cadastro Único – CADUNICO), utilização do cadastro pelo município, programas sociais existentes no município e percepção do gestor sobre o Programa Luz Fraterna.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Perfil dos beneficiários

Nos domicílios pesquisados foram identificados 7.983 moradores/beneficiários, sendo que a média de moradores por domicílio é diferenciada de acordo com a renda média familiar mensal *per capita*. Para os domicílios com renda de até R\$ 150,00 (meio salário mínimo) o número médio de moradores em cada domicílio é de 3,6 pessoas, enquanto nos domicílios com renda mensal *per capita* superior a R\$ 150,00 a média é de 2,1 pessoas.

Na composição das famílias pesquisadas predominam as crianças de 7 a 14 anos, os adultos de 35 a 49 anos e as pessoas de mais de 50 anos; cada um desses grupos representa 20% dos moradores pesquisados.

Verificou-se que a escolaridade atingida pelo conjunto de moradores é, de modo geral, bastante baixa: 56% possuem o ensino fundamental incompleto, 15% são analfabetos, e apenas 6% completaram a 8.^a série do ensino fundamental e 7% completaram o ensino médio. Nesse conjunto de moradores, cerca de 34% ainda freqüentam escola, de tal modo que existe possibilidade de melhoria nos níveis de escolaridade.

Quanto à renda média familiar mensal *per capita*, a maioria dos domicílios (63%), nos quais se encontram 72% dos moradores, tem uma renda de até R\$ 150,00, estando, portanto, abaixo da linha de pobreza definida pelo IPARDES e corretamente enquadrada no Programa. Chama a atenção que no universo pesquisado foram encontrados 37 domicílios (1,6%) com 92 moradores (1,2%) que, no mês anterior à pesquisa, não tiveram nenhum rendimento.

Destaca-se ainda que a maior quantidade de crianças com idades entre zero e dezessete anos é encontrada em domicílios com faixas de renda mensal *per capita* de zero a R\$ 75,00.

No que se refere à origem dessa renda, considerando-se a frequência das diferentes fontes e podendo haver mais de uma por morador, 24% dos moradores dos domicílios mencionaram os diversos programas consolidados no Bolsa Família (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação, Vale-Gás etc.). Cerca de 19% dos entrevistados eram empregados no comércio, indústria ou serviços; outros 19% eram aposentados, pensionistas ou beneficiários da assistência social; 12%, trabalhadores por conta própria ou autônomos; 11%, trabalhadores na agricultura – temporários ou permanentes ou, ainda, pequenos produtores rurais –; e 7% eram empregados domésticos.

No entanto, quando se considera o total da massa de renda recebida pelo conjunto dos moradores, as fontes de renda que se apresentam como principais são as aposentadorias, pensões e benefícios sociais pagos pela assistência e previdência social, que atingem praticamente um terço do total de rendimentos, seguidos pelo rendimento do trabalho autônomo e pelo emprego nos serviços, na indústria, no comércio e no serviço público.

Características dos domicílios

Uma das características reveladas na pesquisa é que o responsável pelo domicílio e seus familiares constituem uma população estável quanto à referência ao endereço da moradia: 43% residem no mesmo endereço há mais de 10 anos, e 22%, entre 5 e 10 anos. Essa característica é possivelmente determinada pelo fato de que 78% dos domicílios são próprios. Do restante 9% são alugados e 13% foram cedidos.

O perfil dos domicílios pesquisados revela que 48% das moradias são construções de alvenaria; 33%, de madeira; e as mistas somam 17%. Quanto ao número de cômodos que compõem esses domicílios, observa-se que 63% deles têm de 4 a 5 cômodos, 13% têm 3 cômodos e 5% têm apenas 2 cômodos.

A principal forma de abastecimento de água é representada pela rede geral, atendendo a 81% dos domicílios, dos quais 65% são beneficiados pela tarifa social de água. Também em 81% dos domicílios o tipo de sanitário usado fica dentro da residência; em 11%, o sanitário é externo, porém anexo à residência; e em 7% é tipo "casinha", ou seja, externo sem ligação com a residência, sendo que os demais não possuem sanitário.

De modo geral, o padrão habitacional encontrado na pesquisa é mais próximo do adequado, o que não significa que não tenham sido encontradas situações totalmente inadequadas, mas que apareceram em menor proporção.

Em praticamente todos os domicílios pesquisados (de 86% a 97%) havia fogão a gás, geladeira, televisão e chuveiro, considerados como bens de uso difundido. Já os bens

de média difusão¹ variam de 42% a 71% dos domicílios, enquanto os de uso restrito² apareceram em no máximo 30% dos domicílios.

Interface com outros programas sociais

Verificou-se que praticamente a metade dos domicílios pesquisados informou que participa de um ou mais programas sociais de transferência de renda. Predomina a participação no Bolsa-Família, com elevada presença de pessoas com renda média familiar mensal *per capita* de até R\$ 150,00.

No universo pesquisado, apenas 36 (1,5%) domicílios são beneficiários do Programa Leite das Crianças, não obstante a presença de 447 crianças de zero a três anos na amostra.

Apenas 7% dos domicílios pesquisados recebem regularmente doação de cestas básicas, originadas principalmente de igrejas ou instituições religiosas, seguidas de doações governamentais; em apenas 13% dos domicílios observou-se alguma atividade associativa ou participação em grupos organizados.

Percepção dos beneficiários quanto aos benefícios do Programa

No que se refere à percepção dos benefícios do Programa, do ponto de vista de seus usuários, em 95% dos domicílios pesquisados os moradores disseram que o Programa Luz Fraterna trouxe benefícios. A economia feita foi direcionada para a compra de alimentos em 63% dos domicílios e para gastos com a saúde em 13% deles, especialmente naqueles habitados por idosos.

Em 62% dos domicílios os moradores responderam ter mudado seus hábitos em relação ao uso de aparelhos elétricos para permanecer no Programa. Em 57% dos domicílios houve redução e até mesmo descontinuidade no uso de algum aparelho elétrico, principalmente chuveiro elétrico, significando que a população se priva de confortos básicos com o intuito de permanecer no Programa.

Outro dado interessante revelado pela pesquisa foi referente a um pequeno grupo de entrevistados que, embora tenha respondido que o Programa não lhes trouxe benefícios, tomou medidas de economia de energia para manter-se dentro do limite de consumo. Pode-se supor que, para essas pessoas, o programa social que traz benefícios é aquele que dá alguma coisa concreta e que a simples isenção de pagamento, como é o caso do Luz Fraterna, não representa um benefício perceptível.

¹ Ferro elétrico, rádio, liquidificador, tanquinho elétrico, fogão a lenha e bicicleta.

² Aparelho de som, telefone fixo e/ou celular, ventilador, batedeira, antena parabólica, automóvel, máquina de costura, máquina de lavar roupa, filtro de água, ferro a brasa, motocicleta, *freezer* e enceradeira.

Percepção do Programa pelos gestores municipais

No que se refere à percepção dos gestores municipais da política de assistência social com relação ao Programa Luz Fraterna, foi importante verificar que, embora todos saibam da existência deste, o grau de informação e de conhecimento a respeito é muito restrito, podendo-se dizer que se sentem alijados do processo de cadastramento dos beneficiários e da validação dos cadastros do Programa, apesar de reconhecerem que é mais um programa que contribui para a manutenção das famílias de baixa renda.

Quanto à visão dos gestores com relação aos programas sociais de transferência de renda em geral, levados a efeito no seu município em parceria com outros níveis de governo, observaram-se posturas distintas, variando entre os gestores que são absolutamente contra o Bolsa-Família, por entenderem que esse tipo de programa acaba por gerar acomodação e apatia dos beneficiários, passando por outros dirigentes que entendem que esses programas são apenas paliativos, mas que dão algum tipo de ajuda à população. Há também gestores que vêem na gestão desse tipo de programa uma oportunidade para reunir as famílias e trabalhar suas dificuldades.

Outro aspecto mencionado foi que, pelo fato de os vários programas estarem voltados para a mesma clientela, acabam se somando e contribuindo para a sobrevivência das famílias. Todos concordam, no entanto, que a geração de empregos é a questão principal para o resgate da condição social da maioria da população.

Percepção do cadastramento pelos gestores municipais

Na pesquisa qualitativa levada a efeito junto aos gestores municipais de assistência social, verificou-se que o envolvimento das Secretarias Municipais de Ação Social com as atividades de cadastramento do Cadastro Único dos Programas Federais é relativamente recente e tomou impulso a partir da etapa do recadastramento. É a partir desse momento que se cria um vínculo de responsabilidade dos gestores municipais da área com a veracidade das informações prestadas que, automaticamente, rebate para os demais níveis administrativos da equipe municipal. Assim, foi possível perceber o grau de comprometimento da maioria dos gestores com a qualidade do cadastro e suas preocupações com conferir e consistir as informações nele registradas. Esses aspectos se comprovam quando se observa que os gestores pretendem utilizar os recursos repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), na melhoria da estrutura de cadastramento e das condições de controle das informações (melhoria das instalações, compra de carro, compra de equipamento de informática etc.).

Houve consenso entre os gestores entrevistados quanto à importância do uso do cadastro na formulação e no acompanhamento dos programas sociais dos municípios, uma vez que representa uma base de informação sistematizada que facilita e torna mais transparente seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns aspectos da pesquisa merecem especial destaque, sendo um deles referente ao nível de cobertura do Programa. Mais de 60% dos domicílios correspondem a 70% dos beneficiários do Programa Luz Fraterna, tendo correto enquadramento no Programa. No entanto, cerca de 30% dos domicílios extrapolam o nível de renda mensal *per capita* que delimita as famílias pobres; porém, desse grupo, nem todos deveriam ser excluídos do Programa, notadamente famílias formadas por idosos, muitos deles casais de aposentados ou pensionistas ou ainda beneficiários da renda mensal vitalícia.

Esse grupo de pessoas, por sua idade e condição de saúde, tem um padrão de gasto bastante diferenciado daquele das famílias mais jovens, pois as despesas com saúde (médicos e remédios) acabam tendo um peso significativo em sua renda. Portanto, esse grupo merece ser cuidadosamente avaliado para permanecer ou não no Programa, uma vez que também estão nesse grupo pessoas de renda mensal *per capita* igual ou superior a R\$ 150,00, e nos subseqüentes, pessoas que representam erros de enquadramento no programa.

A avaliação revelou ainda que o principal impacto do Programa é no sentido de complementar a renda da população beneficiária, sendo que no caso da população mais pobre essa complementação, associada aos benefícios de outros programas de transferência de renda, praticamente garante sua sobrevivência.

O fato de o principal uso do recurso poupado destinar-se a despesas com alimentação das famílias é um indicativo da importância do Programa para a manutenção dos beneficiários.

No entanto, o Programa não muda e não tem a pretensão de mudar as condições estruturais da pobreza. Para isso, seria necessário uma atenção mais concentrada e mais articulada com outras políticas sociais, cujo impacto não é imediato nem tão visível. São as políticas de educação, saúde, habitação, renda e emprego as que se apresentam como capazes de garantir o acesso dessa população a uma condição de cidadania e crescimento autônomo.

De fato, foi possível observar que os municípios que apresentam uma condição social mais desenvolvida têm uma preocupação com políticas que extrapolam as questões relacionadas, pura e simplesmente, à sobrevivência e estão associadas à garantia da qualidade de vida da população. Nesses municípios, a principal preocupação em termos de políticas sociais está voltada para assegurar o acesso à aquisição da moradia.

Cabe também destacar que um dos principais problemas detectados na implementação desta pesquisa foi a dificuldade de localização dos domicílios.

Havia uma expectativa inicial de contar com a colaboração dos leituristas da COPEL na localização dos domicílios da amostra e, para tanto, incluiu-se na etiqueta de identificação dos formulários a rota de leitura (rota/conta). Essa expectativa não se realizou, porque a COPEL terceirizou o serviço de leitura e não estava prevista no contrato de terceirização uma colaboração dessa natureza. Como conseqüência, inúmeros domicílios

não puderam ser localizados, pois o endereço que consta do cadastro de beneficiários do Programa Luz Fraterna é bastante incompleto. Em função desse fato foi necessário gerar uma amostra complementar para vários municípios visando substituir os domicílios não encontrados da amostra original. Como resultado, o universo pesquisado atingiu 3.186 domicílios dos quais 742 não foram localizados.

O que se questiona nesse caso é como pode haver um cadastro de programa social, sobre o qual se pretende fazer avaliações, sem que se tenha uma indicação clara da localização dos domicílios.

Também foram encontradas algumas distorções de enquadramento no Programa, vinculadas basicamente à não-gestão do cadastro: a) existência de usuários não-domiciliares (apenas quatro casos dessa natureza); b) 6,5% dos domicílios pesquisados extrapolavam em muito o critério de renda familiar mensal *per capita* (até R\$ 100,00) no Cadastramento dos Programas Sociais do Governo Federal e mesmo a delimitação estabelecida pelo IPARDES para a faixa de pobreza (até R\$ 150,00 de renda mensal *per capita*); c) em 2,3% dos domicílios pesquisados o morador atual continuava se beneficiando do Programa, embora o usuário originalmente cadastrado fosse ex-morador, ex-inquilino ou ex-proprietário; d) 60 domicílios incluídos na amostra da pesquisa de campo do Luz Fraterna são ou chácaras e sítios aonde o morador vai apenas no final de semana ou têm beneficiário que já morreu ou se mudou ou, ainda, não são mais habitados.

Finalmente, quanto à exigência do Programa de que a conta de luz do beneficiário esteja no mesmo nome da pessoa da família que possui o NIS, verificou-se um desajuste cujas proporções variam, dependendo da posição do indivíduo na família. A proporção de responsáveis pelo domicílio cujo nome consta como beneficiário do Programa é de 66%, próxima da proporção de responsáveis em cujo nome está o NIS (60%). No entanto, no que se refere aos cônjuges essas proporções são, respectivamente, de 20% e 37%, indicando a existência de um grupo de cônjuges com NIS mas que não são inscritos no Programa Luz Fraterna. O mesmo vale para cerca de 2% de domicílios onde o NIS está no nome de um filho do responsável. Ou seja, há cerca de 20% de beneficiários do Luz Fraterna que têm o NIS mas não no nome da mesma pessoa que tem a conta de luz.

Vale lembrar que uma das principais preocupações da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP) com os resultados está relacionada à proporção relativamente baixa de usuários cadastrados no Programa Luz Fraterna que apresenta o NIS (50%). Vários fatores foram identificados e podem contribuir para que isso ocorra: a dificuldade de obtenção de documentos, principalmente o Título de Eleitor e, por consequência o CPF; famílias formadas por jovens com menos de 18 anos; famílias formadas por idosos sem acesso aos programas do Governo Federal ou casais que recebem aposentadoria ou BPC e assim extrapolam a renda média mensal familiar *per capita* estabelecida para o cadastramento, entre outros.

Por outro lado, percebeu-se também que o fato de as prefeituras adotarem posturas distintas com relação ao cadastramento acaba interferindo na proporção de beneficiários que possuem o NIS entre diferentes municípios. Essas posturas são tanto no sentido de cadastrar como no de não cadastrar os potenciais beneficiários dos programas, adequando-se ou não aos limites impostos pelo MDS para a renda média mensal familiar *per capita*.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Luz Fraterna é um programa social do Governo do Paraná que isenta de pagamento a conta de luz dos domicílios que consomem até 100 kWh de eletricidade por mês. Para poder participar do Programa, além de atender ao requisito do limite de consumo, o domicílio deve ter ligação de luz monofásica, pertencer à subclasse residencial de baixa renda e estar cadastrado no Programa Social da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) ou ser beneficiário de algum dos programas sociais do Governo Federal.

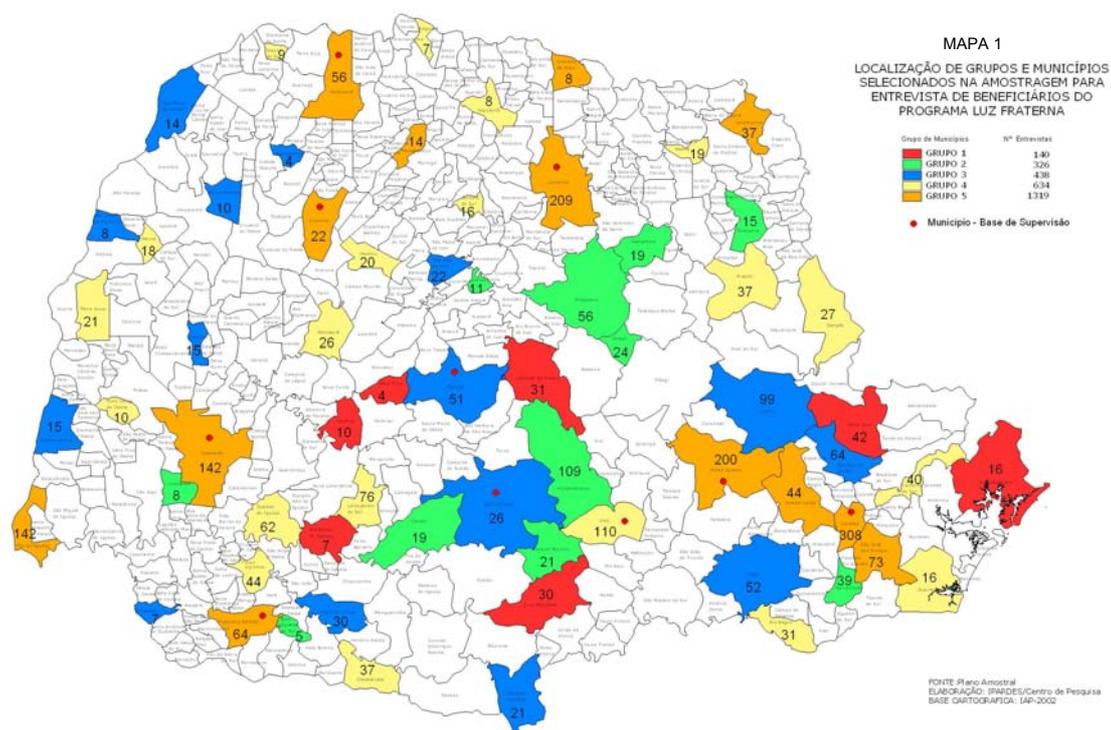
O Programa tem como órgão gestor a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) e como órgão executor a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP), cabendo às concessionárias de energia elétrica sua operacionalização. Em atendimento à solicitação das referidas Secretarias de Estado, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) procedeu a esta avaliação do Programa Luz Fraterna.

Os objetivos explicitados pelas duas Secretarias com relação a essa pesquisa foram identificar o perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa bem como aferir seu grau de satisfação e os benefícios obtidos a partir de sua inserção no Luz Fraterna. Uma questão adicional foi colocada pelos representantes da SETP: verificar a percepção dos dirigentes municipais da área de ação social quanto à importância da participação dos municípios no cadastramento dos beneficiários dos programas sociais do Governo Federal.

Atendendo a esses objetivos, o trabalho foi conduzido em duas vertentes: uma pesquisa por amostra de domicílios beneficiados pelo Programa e uma pesquisa qualitativa, aplicada a um conjunto de municípios selecionados de acordo com a proporção de domicílios inscritos no Cadastro Único do Governo Federal e, portanto, possuidores do Número de Identificação Social (NIS).

A pesquisa domiciliar foi aplicada em uma amostra, estatisticamente definida, de 2.855 domicílios, sendo 2.325 urbanos e 530 rurais, distribuídos por 66 municípios das diversas regiões do Estado (mapa 1). O plano amostral levou em consideração o cadastro de beneficiários do Programa Luz Fraterna, fornecido pelas cinco concessionárias de energia elétrica que atuam no Estado³, bem como as informações relativas à proporção de famílias pobres nos municípios, de acordo com o estudo elaborado pelo IPARDES (2003) e a proporção de famílias beneficiárias do Programa que possuem o NIS. As entrevistas foram feitas mediante um formulário aplicado aos moradores dos domicílios por entrevistadores selecionados.

³ São elas: FORCEL, que atende a Coronel Vivida; Santa Cruz, que atende a Barra do Jacaré, Jacarezinho e Ribeirão Claro; CFLO, que atende a Guarapuava; CELESC, que atende a Rio Negro, e a COPEL, que atende a todos os demais municípios.



O formulário da pesquisa é composto por seis blocos, que se referem aos seguintes temas:

- **Identificação do responsável pelo domicílio** - o bloco 1 tem por objetivo identificar se a pessoa inscrita no Programa Luz Fraterna é responsável pelo domicílio, a relação do inscrito com o responsável e o grau de parentesco do entrevistado com o responsável;
- **Caracterização dos moradores do domicílio** - as questões contidas no bloco 2 caracterizam os moradores quanto ao grau de parentesco com o responsável pelo domicílio, além de sexo, idade, escolaridade, ocupação e rendimento;
- **Acesso a programas sociais de transferência de renda** - Nessas questões, que estão contidas no bloco 3, verifica-se se os moradores do domicílio recebem benefícios ou participam de programas sociais do Governo;
- **Características de ocupação e renda** - o bloco 4 contempla a busca de informações sobre como se ocupam e todas as possíveis fontes de renda do responsável e dos demais moradores do domicílio;
- **Benefício e organização social dos moradores** - o bloco 5 procura investigar se os moradores do domicílio recebem algum tipo de benefício e se participam de atividades associativas;
- **Caracterização do domicílio** - o bloco 6 contém questões relativas ao domicílio pesquisado. Considera-se domicílio o local de moradia estruturalmente inde-

pendente, constituído por um ou mais cômodos, com entrada privativa. As informações solicitadas caracterizam o domicílio quanto a propriedade, tipo de material de construção, número de cômodos, tipo de abastecimento de água, acesso à tarifa social da água e tipo de esgotamento sanitário. Termina com a relação de bens de consumo duráveis existentes no domicílio;

- **Percepção dos benefícios do Programa Luz Fraterna** - o bloco 7 procura captar a percepção dos moradores quanto aos benefícios trazidos pelo Programa Luz Fraterna.

A pesquisa qualitativa, por sua vez, seguiu um roteiro de questões previamente definido, aplicado aos gestores da política de assistência social nos municípios e abrangendo os seguintes temas: perfil do gestor, cadastramento dos beneficiários de programas sociais (Cadastro Único – CADUNICO), utilização do cadastro pelo município, programas sociais existentes no município e percepção do gestor sobre o Programa Luz Fraterna.

2 RESULTADOS DA PESQUISA AMOSTRAL

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO PESQUISADO

O desenvolvimento da pesquisa de campo encontrou duas dificuldades principais:

- 1) Havia uma expectativa inicial de contar com a colaboração dos leituristas da COPEL na localização dos domicílios da amostra. Para tanto, incluiu-se na etiqueta de identificação dos formulários a rota de leitura (rota/conta). Essa colaboração aconteceu porque a COPEL terceirizou o serviço de leitura e não estava previsto no contrato de terceirização esse tipo de colaboração. Como consequência, inúmeros domicílios não puderam ser localizados, visto que o endereço que consta do cadastro de beneficiários do Programa Luz Fraterna é bastante incompleto;
- 2) O período de realização da pesquisa de campo (final de janeiro, fevereiro e março de 2006) coincidiu com a época das chuvas de verão, fazendo com que inúmeras estradas, principalmente rurais, ficassem intransitáveis, dificultando o acesso aos domicílios da amostra. Em função disso, foi necessário gerar uma amostra complementar para vários municípios visando substituir os domicílios não encontrados da amostra original.

Como resultado, o universo pesquisado atingiu 3.186 domicílios, dos quais 742 não foram localizados, quatro se recusaram a responder ao formulário, 2.434 foram localizados e seis endereços não eram domicílio.

Dos 2.434 domicílios localizados, em 2.374 foi possível realizar as entrevistas, mas nos demais 60, embora tenham sido localizados, a pesquisa não foi efetuada, uma vez que havia problemas de diversas ordens com o beneficiário do Programa: o domicílio não estava habitado (casa vazia); o endereço era inexistente; o morador beneficiário morreu e morava sozinho; o beneficiário só vai ao domicílio em fim de semana; o beneficiário mora na cidade; outro morador está ocupando o domicílio e não é beneficiado pelo Programa Luz Fraterna; e, ainda, houve domicílios aonde foram feitas mais de duas visitas e o morador não foi encontrado.

Dos 2.374 domicílios pesquisados, em 66% o nome que constava da etiqueta de identificação do formulário de coleta era o do responsável pelo domicílio, e em 34% dos casos não o era. Nestes últimos, que correspondem a 803 domicílios, o nome que constava da etiqueta era, em 20% dos casos, o do cônjuge do responsável; em 3% dos domicílios, o do locador do imóvel; e em 5,5%, o de um parente ou familiar. Em 1,6% dos casos era um parente ou um empregador que cedeu o domicílio. Em 0,9% dos casos, o nome que constava da etiqueta era de um ex-cônjuge ou cônjuge falecido. Cabe destacar que em 2,3% dos casos o nome registrado era o de um antigo proprietário, inquilino ou morador, indicando que não há preocupação por parte da população de regularizar o registro da conta de luz e correspondendo, portanto, a uma irregularidade na utilização do benefício que, na verdade, está referido ao perfil do antigo morador.

Quanto à localização, tem-se que 81,1% dos domicílios pesquisados situavam-se na zona urbana, 16,4% na zona rural e 2,5% (59 domicílios) não puderam ter sua localização identificada, porque algumas companhias de energia não estabelecem essa divisão.

Por outro lado, o perfil dos entrevistados nos 2.374 domicílios revela que 61% dos entrevistados era o próprio responsável e 30% era o cônjuge, totalizando 91% do total de domicílios, e uma pequena proporção (8,4%), era composta por filhos ou outros parentes.

Finalmente, é interessante observar que em cerca de 60% dos domicílios pesquisados o número de inscrição social (NIS) nos programas do Governo Federal pertence ao próprio responsável; em 37% dos domicílios, pertence ao cônjuge do responsável; e em 2,2%, pertence a um filho do responsável (tabela 1). Todavia, deve-se ressaltar que em cerca de 1,6% dos domicílios encontram-se os mais diversos moradores como possuidores do NIS: pais, sogros, irmãos, genros/noras, netos, e até mesmo outro parente ou agregado não-parente.

TABELA 1 - MORADORES DOS DOMICÍLIOS, QUE POSSUEM NIS, SEGUNDO RELAÇÃO DE PARENTESCO - LUZ FRATERNA, PARANÁ - 2006

RELAÇÃO DE PARENTESCO	PESSOAS C/ NIS	%
Responsável	718	59,29
Esposa(o)/companheiro(a)	446	36,83
Filho(a)	27	2,23
Genro/nora	1	0,08
Irmão(ã)	1	0,08
Pai/mãe	10	0,83
Sogro	3	0,25
Avô/avó	3	0,25
Outro parente	1	0,08
Agregado não-parente	1	0,08
TOTAL	1.211	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES DOS DOMICÍLIOS

No total de domicílios pesquisados foram identificados 7.983 moradores, sendo 48% do sexo masculino e 52% do sexo feminino. A pesquisa indicou que 30% dos moradores são os responsáveis pelos domicílios. E com relação ao parentesco dos moradores com o responsável constatou-se que 19% são cônjuges, 43% são filhos e 7% são outros parentes (pai, mãe, genro, nora, sogro, sogra, cunhado, irmão, neto etc.). Apenas 30 dentre todos os moradores dos domicílios entrevistados correspondem a agregados não-parentes (0,38%), de tal modo que se pode falar em renda familiar, visto que os domicílios são habitados por pessoas que mantêm relação de parentesco.

Quanto à escolaridade atingida por esse conjunto de moradores pesquisados, tem-se que 27% deles possuem o ensino fundamental de 1.^a a 4.^a série incompleto, 20% têm o ensino fundamental de 5.^a a 8.^a série incompleto, 15% são analfabetos, 9% completaram a 4.^a série do ensino fundamental, 5,6% completaram a 8.^a série do ensino fundamental, enquanto 7% completaram o ensino médio e 7,2% têm o ensino médio incompleto. Os demais níveis de escolaridade apresentam proporções inferiores a 4%.

Pode-se aproximar essa análise do conjunto de pessoas que freqüenta escola, que representa 34% do total de moradores (2.688 pessoas). É possível perceber que nesse grupo encontram-se ainda 27 analfabetos, dentre os quais pessoas com menos de 6 anos de idade que freqüentam creche ou pré-escola e também idosos, que devem estar sendo alfabetizados (tabela 2). O maior grupo dos que freqüentam a escola (33%), é composto pelos alunos da 5.^a a 8.^a série do ensino fundamental. Nesse grupo, a maioria das crianças tem entre 7 e 14 anos, estando numa proporção menor os de 15 a 17 anos. Num segundo grupo têm-se 30,8% das pessoas freqüentando a 1.^a a 4.^a série do ensino fundamental, predominando aí crianças de 7 a 14 anos e alguns de 4 a 6 anos. Segue-se um conjunto correspondente a 13,3% das pessoas que freqüentam o ensino médio, predominantemente da faixa etária de 15 a 17 anos, seguidas pelas de 18 a 24 anos. Há ainda um grupo de 11%, dentre os moradores que freqüentam escola, composto de crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos que freqüentam creche ou pré-escola.

TABELA 2 - MORADORES DOS DOMICÍLIOS PESQUISADOS QUE FREQUENTAM ESCOLA, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, E ESCOLARIDADE ATINGIDA - PARANÁ - 2006

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	FAIXA ETÁRIA								TOTAL
	De 0 a 3	De 4 a 6	De 7 a 14	De 15 a 17	De 18 a 24	De 25 a 34	De 35 a 59	Mais de 60	
Analfabeto	8	17	0	0	0	0	1	1	27
Somente alfabetizado	0	3	0	0	0	0	1	4	8
Educação especial	0	1	10	6	7	3	2	0	29
Creche ou pré-escola	71	208	9	0	0	0	0	0	288
1. ^a a 4. ^a série do ensino fundamental incompleto	0	107	670	10	1	7	33	2	830
1. ^a a 4. ^a série do ensino fundamental completo	0	0	73	0	1	1	3	0	78
5. ^a a 8. ^a série do ensino fundamental incompleto	0	0	710	122	22	14	21	1	890
5. ^a a 8. ^a série do ensino fundamental completo	0	0	58	35	10	2	2	0	107
Ensino médio incompleto	0	0	42	200	79	18	18	0	357
Ensino médio completo	0	0	0	14	18	5	1	0	38
Nível técnico/ Pós-médio incompleto	0	0	0	2	8	2	2	0	14
Nível técnico/ Pós-médio completo	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Nível superior incompleto	0	0	0	1	13	1	2	0	17
Nível superior completo	0	0	0	0	1	1	1	0	3
Não sabe	0	0	0	1	0	0	0	0	1
TOTAL	79	336	1.572	391	160	54	88	8	2.688

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

A tabela 3 apresenta o total de domicílios e de moradores abrangidos pela pesquisa segundo classe de renda mensal familiar *per capita*. Foram consideradas nove classes de renda *per capita*, de forma a englobar todo o universo pesquisado: sem renda, que corresponde às pessoas que no mês anterior à pesquisa não tiveram nenhum rendimento; maior que zero até R\$ 75,00, que corresponde a pessoas com uma renda de até um quarto de salário

mínimo *per capita*⁴; maior que R\$ 75,00 até R\$ 100,00 que corresponde a pessoas com uma renda mensal de até um terço de salário mínimo *per capita* e era o limite de renda *per capita* vigente no momento da pesquisa para definir os beneficiários dos programas de transferência de renda do Governo Federal; maior que R\$ 100,00 até R\$ 150,00, que se refere àqueles com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo e que foi adotada pelo IPARDES para definir a linha de pobreza para o Estado (IPARDES, 2003); maior que R\$ 150,00 até R\$ 300,00, ou seja, aqueles com meio a um salário mínimo de renda mensal *per capita*; maior que R\$ 300,00 até R\$ 600,00, ou seja, aqueles que recebem de um a dois salários mínimos de renda mensal *per capita*; maior que R\$ 600,00 a R\$ 900,00, que corresponde a pessoas com uma renda mensal *per capita* de mais de dois até três salários mínimos; maior que R\$ 900,00 ou mais de três salários mínimos; e um último grupo composto por aqueles que se recusaram a informar a renda.

TABELA 3 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS E SEUS MORADORES, SEGUNDO CLASSES DE RENDA MENSAL *PER CAPITA* - PARANÁ - 2006

CLASSE DE RENDA MENSAL <i>PER CAPITA</i> (Em R\$)	DOMICÍLIOS (A)		MORADORES (B)		B/A
	Abs.	%	Abs.	%	
Sem Renda	37	1,56	92	1,15	2,49
De 0 a 75,00	550	23,17	2.399	30,05	4,36
Maior que 75,00 a 100,00	339	14,28	1.332	16,69	3,93
Maior que 100,00 a 150,00	564	23,76	1.960	24,55	3,48
Maior que 150,00 a 300,00	725	30,54	1.891	23,69	2,61
Maior que 300,00 a 600,00	134	5,64	255	3,19	1,90
Maior que 600,00 a 900,00	9	0,38	16	0,20	1,78
Maior que 900,00	6	0,25	12	0,15	2,00
Recusa	10	0,42	26	0,33	2,60
TOTAL	2.374	100,00	7.983	100,00	3,36

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

A maior proporção de domicílios (30,5%) é encontrada na classe de renda mensal *per capita* de mais de R\$ 150,00 a R\$ 300,00, enquanto a maior proporção de moradores (30%) encontra-se na classe de renda mensal *per capita* de mais de zero a R\$ 75,00, indicando um número médio de moradores por domicílio maior para as famílias de menor renda. A proporção de domicílios com renda mensal *per capita* superior a R\$ 300,00 é da ordem de 6,5% (incluindo aí os que se recusaram a informar a renda), correspondendo a 3,9% dos moradores pesquisados. Certamente esse grupo representa erros de enquadramento no Programa, uma vez que se verificou a existência de domicílios em que todas as pessoas da família trabalham o dia todo, ou ainda chácaras de lazer e sítios, que são beneficiados pela isenção de tarifas. Pode-se afirmar, portanto, que a maioria dos domicílios beneficiários

⁴ O salário mínimo vigente no País no momento em que ocorreu a pesquisa de campo era de R\$ 300,00.

do Programa Luz Fraterna (62,8%), correspondendo a 72,4% dos moradores entrevistados, tem uma renda mensal *per capita* que vai de zero a R\$ 150,00, estando, portanto, abaixo da linha de pobreza definida pelo IPARDES. Chama a atenção o fato de que no universo pesquisado foram encontrados 37 domicílios, abrangendo 92 moradores que no mês anterior à pesquisa não tiveram nenhum rendimento.

Analisando os dados apresentados na tabela 4, é possível distinguir três grupos etários predominantes na composição das famílias pesquisadas: o grupo de adultos de 35 a 49 anos, que representa 20% dos moradores pesquisados, seguido de perto pelo grupo de 7 a 14 anos, que também representa 20% dos moradores, e pelo grupo de pessoas com mais de 50 anos, que corresponde a 19,8% dos entrevistados. Destaca-se que a maior quantidade de crianças com idades entre zero e dezessete anos é encontrada nas faixas de renda mensal *per capita* de zero a R\$ 75,00.

TABELA 4 - MORADORES DOS DOMICÍLIOS PESQUISADOS, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS E CLASSES DE RENDA MENSAL *PER CAPITA* - PARANÁ - 2006

CLASSE DE RENDA MENSAL <i>PER CAPITA</i> (em R\$)	FAIXA ETÁRIA								NÃO SABE	TOTAL
	De 0 a 3	De 4 a 6	De 7 a 14	De 15 a 17	De 18 a 24	De 25 a 34	De 35 a 49	Mais de 50		
Sem Renda	3	3	12	3	12	15	24	20	0	92
De 0 a 75,00	189	190	651	198	176	310	462	223	0	2.399
Maior que 75,00 a 100,00	93	103	308	87	130	187	257	166	1	1.332
Maior que 100,00 a 150,00	99	115	409	138	183	288	412	316	0	1.960
Maior que 150,00 a 300,00	59	68	209	79	204	237	378	655	2	1.891
Maior que 300,00 a 600,00	3	2	4	4	36	40	53	113	0	255
Maior que 600,00 a 900,00	0	1	2	0	2	2	5	4	0	16
Maior que 900,00	1	0	0	0	0	4	3	4	0	12
Recusa	0	1	6	1	1	3	9	5	0	26
TOTAL	447	483	1.601	510	744	1.086	1.603	1.506	3	7.983

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

Um grupo de moradores chama a atenção: são os situados na faixa de renda familiar mensal *per capita* maior que R\$ 150,00 até R\$ 300,00, que representam 30,5% dos domicílios e 24% dos moradores. Observa-se que predominam nesse grupo moradores das faixas etárias mais velhas, ou seja, 20% do total tem de 35 a 49 anos e 35% tem 50 anos e mais, um grupo de pessoas que se observou com grande intensidade na pesquisa que são famílias de idosos que geralmente vivem de aposentadoria ou pensão.

De fato, como pode ser observado na tabela 5, que relaciona a origem da renda dos moradores com as classes de renda familiar mensal *per capita*, do total de pessoas da faixa de renda *per capita* de R\$ 150,00 a R\$ 300,00, 22,5% são aposentados e 7,4% são pensionistas, seguidos de um grupo de 13% cuja origem da renda é o Programa Bolsa-Família. Para outros dois grupos, com 9% cada, a renda provém de emprego em serviços ou em trabalho por conta própria, respectivamente. Na faixa de renda imediatamente seguinte (mais que R\$ 300,00 a R\$ 600,00) também é significativa a presença de aposentados (24,8%) e pensionistas (12,4%), seguidos por pessoas empregadas no comércio (10%) e por pessoas empregadas nos serviços beneficiadas pelo Bolsa-Família (ambos com 8%).

TABELA 5 - MORADORES DOS DOMICÍLIOS PESQUISADOS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA MENSAL *PER CAPITA* E ORIGEM DA RENDA - PARANÁ - 2006

ORIGEM DA RENDA	CLASSES DE RENDA MENSAL <i>PER CAPITA</i> (em R\$)								RECUSA	TOTAL
	Sem Renda	De 0 a 75,00	Maior que 75,00 a 100,00	Maior que 100,00 a 150,00	Maior que 150,00 a 300,00	Maior que 300,00 a 600,00	Maior que 600,00 a 900,00	Maior que 900,00		
Emprego no comércio	0	19	29	83	100	27	0	0	2	260
Emprego na indústria	1	31	37	90	115	16	1	1	0	292
Emprego nos serviços	1	44	40	90	133	21	1	3	2	335
Emprego doméstico mensalista	0	28	21	58	44	2	0	0	0	153
Emprego doméstico diarista	0	48	30	40	48	8	0	0	0	174
Trabalho por conta (autônomo)	2	176	98	138	132	13	2	1	1	563
Serviço público	0	10	16	37	44	15	2	2	0	126
Trabalho rural temporário	1	114	43	43	49	4	1	0	0	255
Trabalho rural permanente	2	29	19	38	37	6	0	0	0	131
Produtor rural	10	30	5	17	31	9	1	0	7	110
Rendimento de arrendamento/parceria/meia	0	1	3	0	3	0	0	0	0	7
Rendimento de aluguéis	1	7	5	1	5	0	0	0	0	19
Ajuda de filhos/parentes/amigos	0	1	2	0	3	1	1	0	0	8
Pensão alimentícia (por separação)	0	25	8	9	9	2	0	0	0	53
Aposentadoria por idade/tempo de serviço	0	19	26	73	262	55	1	2	0	438
Aposentadoria por invalidez	0	9	21	36	72	11	0	0	0	149
Pensão (por morte)	0	5	8	28	109	33	3	1	0	187
BPC (portador de deficiência)	0	5	7	11	20	6	0	0	0	49
BPC (renda mensal vitalícia - mais de 65 anos)	0	2	3	9	39	9	1	0	0	63
Benefício temporário - seguro desemprego	0	0	5	7	8	2	0	0	0	22
Benefício temporário - auxílio doença	0	3	4	16	15	3	0	0	0	41
Benefício temporário - maternidade	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2
Assistência não-governamental (igreja, ONGs etc.)	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Bolsa-Família (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação, Vale-Gás)	0	387	183	295	195	21	0	0	0	1.081
Agente jovem de desenvolvimento	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	0	15	5	8	5	0	0	0	0	33
Trabalho eventual (bicos)	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Rendimento da venda de um bem	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Não informou/não sabe	0	3	0	2	1	2	0	0	0	8
TOTAL	19	1.011	619	1.130	1.482	266	14	10	12	4.563

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

Ao longo da pesquisa, um grupo de pessoas chamou a atenção: formado por casais de idosos, ambos aposentados ou pensionistas, ou ainda beneficiários da renda mensal vitalícia, que acabam tendo uma renda familiar *per capita* mensal mais elevada, pois cada um deles recebe um salário mínimo. Embora estejam sendo beneficiados pelo Programa Luz Fraterna, se for considerado exclusivamente o critério de renda e de inclusão nos programas sociais do Governo Federal, deveriam ser excluídos do Programa. No entanto, esse grupo de pessoas, por sua idade e condição de saúde, tem um padrão de gasto bastante diferenciado das famílias mais jovens, dado que despesas com saúde (médicos e remédios) vêm tendo um peso significativo em sua renda. Portanto, a permanência ou não dessas pessoas no Programa merece ser cuidadosamente avaliada, uma vez que também se encontram neste grupo de renda mensal *per capita* igual ou superior a R\$ 150,00, e nos subseqüentes, pessoas que representam erros de enquadramento no programa.

Ainda analisando os dados contidos na tabela 5, que comporta mais de uma resposta para cada morador, dentre o conjunto dos entrevistados verifica-se que quanto à origem da renda mensal familiar *per capita* é significativa a presença dos que citaram os diversos programas consolidados no Bolsa-Família (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação, Vale-

Gás etc.). De fato, 24% dos moradores dos domicílios pesquisados indicaram possuir essa fonte de renda.

Cerca de 19% dos entrevistados eram empregados no comércio, na indústria ou nos serviços, 12,3% eram trabalhadores por conta própria ou autônomos, 17% eram aposentados ou pensionistas e 7,2% eram empregados domésticos. Para 33 pessoas entrevistadas, a origem da renda era o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Por outro lado, existe um grupo de pessoas cuja renda origina-se da agricultura: são os trabalhadores rurais temporários ou permanentes ou pequenos produtores rurais, que, em conjunto, representam cerca de 11% dos entrevistados.

No entanto, quando se considera o total da massa de renda dos entrevistados, consolidando as diversas fontes recebidas, os proventos de aposentadoria e pensões (incluindo o Benefício de Prestação Continuada) se configuram como o principal valor na composição da renda familiar (28%), seguidos pelos rendimentos do trabalho autônomo (13%), emprego nos serviços (12%), na indústria (11%), no comércio (9%), o emprego doméstico (6%) e no serviço público (5%). Vêm a seguir o Bolsa-Família (4,3%) e o trabalho rural temporário (4,3%) e permanente (3,5%). As demais fontes de renda contribuem com menos de 3% para formação da massa de rendimentos (tabela 6).

TABELA 6 - COMPOSIÇÃO DA MASSA DE RENDA DOS MORADORES DOS DOMICÍLIOS PESQUISADOS, SEGUNDO ORIGEM DA RENDA - PARANÁ - 2006

ORIGEM DA RENDA	MASSA DE RENDA MENSAL (R\$)	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA RENDA FAMILIAR (%)
Emprego no comércio	89.660	8,66
Emprego na indústria	112.284	10,85
Emprego nos serviços	120.325	11,62
Emprego doméstico mensalista	35.123	3,39
Emprego doméstico diarista	27.153	2,62
Trabalho por conta (autônomo)	132.722	12,82
Serviço público	51.829	5,01
Trabalho rural temporário	43.875	4,24
Trabalho rural permanente	35.785	3,46
Produtor rural	17.095	1,65
Rendimento de arrendamento/parceria/meia	1.548	0,15
Ajuda de filhos/parentes/amigos	2.550	0,25
Rendimento de aluguéis	1.340	0,13
Pensão alimentícia (por separação)	9.046	0,87
Aposentadoria por idade	144.820	13,99
Aposentadoria por invalidez	47.048	4,54
Pensão (por morte)	60.664	5,86
BPC (portador de deficiência)	14.700	1,42
BPC (renda mensal vitalícia - mas de 65 anos)	18.750	1,81
Benefício temporário - seguro-desemprego	7.887	0,76
Benefício temporário - auxílio-doença	13.700	1,32
Benefício temporário - maternidade	352	0,03
Assistência não-governamental (igreja, ONGs etc.)	120	0,01
Bolsa-Família	44.012	4,25
Agente jovem de desenvolvimento	65	0,01
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	1.348	0,13
Trabalho eventual (bicos)	300	0,03
NS	640	0,06
Não informou	500	0,05

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

2.3 ACESSO A PROGRAMAS SOCIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

No que diz respeito à participação dos moradores em programas sociais de transferência de renda do governo, verificou-se que dos 2.374 domicílios pesquisados, 48,5%, isto é 1.152, responderam que participam de um ou mais programa social, enquanto 1.222 (ou 51,5%) responderam que não participam de nenhum programa. Nos 1.152 domicílios registraram-se 1.211 participações em programas sociais, visto que no mesmo domicílio pode haver mais de uma pessoa participando dos programas, bem como uma mesma pessoa participando em mais de um programa.

Com referência aos programas sociais a que os moradores residentes no domicílio têm acesso, observa-se que a grande maioria, isto é, 1.038 domicílios, declarou ser beneficiário do Bolsa-Família, e destes, 1.003 domicílios, representando 96,6%, declararam ter o Número de Inscrição Social (NIS) nos programas de transferência de renda do Governo Federal. Analisando-se a tabela 7, que detalha o acesso a programas sociais por classes de renda familiar mensal *per capita*, verifica-se que 822 moradores residentes nos domicílios pesquisados são beneficiários do Programa Bolsa-Família e se encontram nas faixas de renda que vão de zero a R\$ 150,00, representando o percentual de 79,2%; um domicílio declarou não receber renda nenhuma; outros 214 domicílios estão na faixa de renda de R\$ 150,00 a R\$ 600,00, representando 20,7% dos beneficiários do Bolsa-Família; e um possui uma renda mensal *per capita* maior que R\$ 900,00. Esses últimos casos representam claramente situações de desenquadramento em relação ao limite de renda mensal familiar *per capita* estabelecido pelo Programa.

TABELA 7 - MORADORES BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS SOCIAIS, SEGUNDO CLASSES DE RENDA MENSAL *PER CAPITA* - PARANÁ - 2006

PROGRAMA SOCIAL	CLASSES DE RENDA MENSAL <i>PER CAPITA</i> (em R\$)								RECUSA	TOTAL
	Sem Renda	De 0 a 75,00	Maior que 75,00 a 100,00	Maior que 100,00 a 150,00	Maior que 150,00 a 300,00	Maior que 300,00 a 600,00	Maior que 600,00 a 900,00	Maior que 900,00		
Bolsa-Família	1	368	177	277	192	22	0	1	0	1.038
Programa Agente Jovem de Desenvolvimento	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	0	12	5	8	5	0	0	0	0	30
Programa Leite das crianças	0	12	9	13	2	0	0	0	0	36
BPC - portador de deficiência	0	5	7	11	19	5	0	0	0	47
BPC - renda mensal vitalícia - mais de 65 anos	0	2	3	10	35	8	1	0	0	59
TOTAL	1	399	201	320	253	35	1	1	0	1.211

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

Participam do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil 30 domicílios, perfazendo o percentual de 2% do total de domicílios beneficiados por programas de transferência de renda. Recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) – pagamento mensal a pessoas idosas de 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência – 106 domicílios, representando 8,8% do total. O Programa Leite das Crianças foi mencionado por 36 domicílios, representando

apenas 3% do total de domicílios, embora existam 447 crianças de zero a três anos no universo pesquisado. Já o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento atende a somente um domicílio.

Com relação ao recebimento regular de alguma cesta básica ou de doação de produtos para consumo familiar, 7,2%, ou seja, 172 domicílios pesquisados, responderam que recebem, enquanto a maior parte, 92,8%, isto é 2.202 domicílios, não recebe.

Quanto à origem dessas doações, a maior proporção de instituições doadoras é representada por igrejas ou associações religiosas, perfazendo o percentual de 27%. Seguem-se os programas sociais dos governos federal, estadual ou municipal, da ordem de 24% das doações. Quando se trata de doação de empregador ou empresa, o percentual atingido é de 22%, enquanto a proporção da doação de parentes, amigos ou vizinhos atinge 20% do total. Em menor proporção, estão instituições civis ou ONGs, com 6,3% das doações.

A pesquisa procurou avaliar também o grau de organização, de mobilização e a capacidade associativa dos moradores do domicílio. No entanto, observou-se que em 2.089 domicílios não há participação dos moradores em associações, grupos ou sindicatos, representando 87% dos domicílios entrevistados.

Em apenas 13% dos domicílios entrevistados verificou-se algum grau de participação, somando 299 domicílios. Dentre as associações e grupos citados por esses domicílios, destaca-se a Pastoral da Criança, citada por 132 domicílios e representando um percentual de 5,5% do total de domicílios pesquisados, seguida pela participação em organizações governamentais e não-governamentais e em grupos informais e associações de bairro, perfazendo o percentual de 3,5%. A participação em sindicatos de trabalhadores rurais ou urbanos foi mencionada por 38 domicílios com participação associativa, representando o percentual de 1,6%. Segue-se a participação de 31 domicílios em associações de produtores rurais ou urbanos, bem como cooperativas de produtores rurais ou urbanos, representando o percentual de 1,5%. Em 10 domicílios (menos de 0,5%) os moradores participam no Conselho Municipal de Programas Governamentais e ainda no Movimento dos Sem-Terra (MST).

Quanto às atividades oferecidas pelas entidades citadas, observa-se que a maioria, isto é, o percentual de 51%, constitui atividades assistenciais, enquanto 21% são atividades recreativas; as atividades de prestação de serviços representam o percentual de 10%, da mesma forma que as atividades de apoio à produção, enquanto as atividades religiosas e de defesa de direitos representam o percentual de 7,4%.

2.4 CARACTERIZAÇÃO DO DOMICÍLIO

Em uma parte considerável dos domicílios pesquisados, verificou-se que o responsável pelo domicílio e seus familiares constituem uma população estável quanto ao endereço da moradia. Os domicílios cuja população reside no mesmo endereço há mais de 10 anos somam 43%, e em outros 22% dos domicílios o responsável e seus familiares residem entre

5 e 10 anos no mesmo endereço, somando, portanto, 65,5% dos domicílios que têm uma população estável em termos de endereço. Já em 25,8% dos domicílios pesquisados, o responsável e sua família residem no mesmo endereço entre 1 e menos de 5 anos, e em apenas 8,7% dos domicílios o responsável e sua família migraram a menos de 1 ano para o endereço pesquisado (tabela 8).

TABELA 8 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS, SEGUNDO TEMPO DE RESIDÊNCIA DOS MORADORES NO MESMO ENDEREÇO - PARANÁ - 2006

TEMPO DE RESIDÊNCIA NO DOMICÍLIO	DOMICÍLIOS	
	N.º	%
Menos de 1 ano	207	8,72
de 1 a menos de 5 anos	613	25,82
de 5 a menos de 10 anos	532	22,41
de 10 anos a mais	1.022	43,05
TOTAL	2.374	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES

Os resultados da pesquisa mostraram que aproximadamente 38% dos domicílios participaram pela primeira vez do Programa Luz Fraterna em um período de 1 a 2 anos, 25,7% dos domicílios estão há mais de 2 anos no Programa e 16,8% dos domicílios entraram no Programa há menos de 1 ano. Em contrapartida, 19,6% dos domicílios não souberam dizer a data de entrada no Programa (tabela 9).

TABELA 9 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS QUE PARTICIPARAM PELA PRIMEIRA VEZ DO PROGRAMA LUZ FRATERNA, SEGUNDO TEMPO DE PARTICIPAÇÃO - PARANÁ - 2006

CLASSE DE TEMPO DE PARTICIPAÇÃO	DOMICÍLIOS	
	N.º	%
Menos de 1 ano	399	16,81
De 1 a 2 anos	902	37,99
Mais de 2 anos	609	25,65
Não sabe informar	464	19,55
TOTAL	2.374	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES

Outro fator de comprovação do grau de estabilidade e de permanência da população no local de moradia é 78% dos domicílios serem próprios. Apenas 9,2% dos domicílios são alugados, enquanto 12,8% deles foram cedidos (tabela 10). As moradias construídas de alvenaria somam 48% dos domicílios pesquisados; as de madeira, 33,4%; e as mistas, compostas de alvenaria e madeira, somam 17,1%.

TABELA 10 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ - 2006

CONDIÇÃO DO DOMICÍLIO	DOMICÍLIOS	
	N.º	%
Própria	1.851	77,97
Alugada	219	9,22
Cedida	303	12,76
Outras	1	0,04
TOTAL	2.374	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES

A maioria dos domicílios pesquisados é de alvenaria (48%) ou madeira (33%), sendo que os de madeira aproveitada representam apenas 1,5%, e os de material precário, 0,04% (tabela 11).

TABELA 11 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS, SEGUNDO TIPO DE CONSTRUÇÃO DA MORADIA - PARANÁ - 2006

TIPO DE CONSTRUÇÃO	DOMICÍLIOS	
	N.º	%
Alvenaria	1.139	47,98
Madeira	792	33,36
Madeira reaproveitada	35	1,47
Mista (alvenaria + madeira)	407	17,14
Material precário (papelão, material reaproveitado)	1	0,04
TOTAL	2.374	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES

Quanto ao número de cômodos que compõem os domicílios, observa-se que 63,7% dos domicílios têm de 4 a 5 cômodos; 13,4%, 3 cômodos; e 4,8%, apenas 2 cômodos. Ao mesmo tempo, verifica-se que 13% dos domicílios têm 6 cômodos; 3,5%, 7 cômodos; 1,3%, entre 8 e 11 cômodos; e 0,3%, apenas 1 cômodo (tabela 12).

TABELA 12 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS, SEGUNDO O NÚMERO DE CÔMODOS - PARANÁ - 2006

NÚMERO DE CÔMODOS	DOMICÍLIOS	
	N.º	%
1	7	0,29
2	113	4,76
3	319	13,44
4	780	32,86
5	731	30,79
6	308	12,97
7	84	3,54
8	23	0,97
9	6	0,25
10	1	0,04
11	2	0,08
TOTAL	2.374	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES

Em 58% dos domicílios, dois cômodos servem como dormitório; em 21,4%, apenas 1 cômodo é utilizado dessa forma; e em 19,2% são 3 os cômodos que servem como dormitório. Apenas 1,3% dos domicílios têm 4 cômodos que são usados como dormitório, e 0,2% dos domicílios têm de 5 a 6 dormitórios (tabela 13).

TABELA 13 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS, SEGUNDO O NÚMERO DE CÔMODOS USADOS COMO DORMITÓRIO - PARANÁ - 2006

CÔMODOS-DORMITÓRIOS	DOMICÍLIOS	
	N.º	%
1	508	21,40
2	1.376	57,96
3	455	19,17
4	31	1,31
5	2	0,08
6	2	0,08
TOTAL	2.374	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES

A principal forma de abastecimento de água é feita pela rede geral, representando 81,5% dos domicílios. Outros 5,9% dos domicílios usam poço comum com bomba elétrica, seguidos de 4,6% que se utilizam de mina d'água com operação manual, de 4,5% que têm abastecimento comunitário, de 2% que têm poço comum com operação manual, de 1,4% que possuem mina d'água com operação elétrica e de 0,2% que utilizam água do vizinho (tabela 14).

TABELA 14 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS PESQUISADOS, SEGUNDO PRINCIPAL FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - PARANÁ - 2006

PRINCIPAL FORMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA	DOMICÍLIOS	
	N.º	%
Rede geral	1.934	81,47
Poço comum com bomba elétrica	139	5,86
Poço comum - operação manual	47	1,98
Mina d'água fonte, córrego, rio, açude - operação manual	109	4,59
Mina d'água fonte, córrego, rio, açude - operação elétrica	34	1,43
Abastecimento comunitário	106	4,47
Água do vizinho	5	0,21
TOTAL	2.374	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES

Dentre os domicílios que possuem rede geral, 65,3% recebem tarifa social de água, contra 34,7% que não a recebem (tabela 15).

TABELA 15 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS ABASTECIDOS PELA REDE GERAL, SEGUNDO TARIFA SOCIAL DE ÁGUA - PARANÁ - 2006

TARIFA SOCIAL DE ÁGUA	DOMICÍLIOS	
	N.º	%
Sim	1.263	65,31
Não	671	34,69
TOTAL	1.934	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES

Em 81,1% dos domicílios, o tipo de sanitário utilizado fica dentro da residência; em 11,4%, o sanitário é externo, porém anexo à residência; enquanto em 6,7% dos casos o sanitário externo é do tipo "casinha". Os domicílios que não possuem sanitário somam 0,4%, enquanto os moradores de outros 0,4% dos domicílios utilizam o sanitário do vizinho (tabela 16).

TABELA 16 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS, SEGUNDO TIPO DE SANITÁRIO NA MORADIA - PARANÁ - 2006

TIPO DE SANITÁRIO NA MORADIA	DOMICÍLIOS	
	N.º	%
Sanitário dentro da residência	1.925	81,09
Sanitário externo anexo a residência	270	11,37
Sanitário externo a residência (tipo "casinha")	160	6,74
Sanitário do vizinho	10	0,42
Não tem sanitário	9	0,38
TOTAL	2.374	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES

2.5 RELAÇÃO DE BENS DURÁVEIS EXISTENTES NO DOMICÍLIO

A frequência de bens de uso difundido nos domicílios pesquisados varia de 86,1% a 96,5%, sendo que o bem desse grupo de menor uso nos domicílios é o chuveiro elétrico, seguido da televisão, com 89,3%, e geladeira, com 92%, e o de maior uso é o fogão a gás (tabela 17).

Já a frequência dos bens de média difusão varia de 42,3% de domicílios que possuem bicicleta até 70,5% de domicílios que têm ferro elétrico. Entre esses dois extremos, o rádio está difundido em 64% dos domicílios; o liquidificador, em 57,5%; o tanquinho elétrico, em 51,3%; e o fogão a lenha, em 44% dos domicílios (ver tabela 17).

Quanto à frequência dos bens de uso restrito, tem-se desde o aparelho de som "3 em 1", utilizado em 30,9% dos domicílios, até a enceradeira, que se restringe a apenas 1,1% dos domicílios. Entre eles, o telefone fixo é utilizado em 28,7% das moradias, o telefone celular, em 27,8%; o ventilador, em 27,2%; a batedeira, em 2,1%; a antena parabólica, em 20,5% dos domicílios; o automóvel, em 15,4%; a máquina de costura, em 14,2%; a máquina de lavar roupa, em 12,9%; o filtro de água, em 6,9%; o ferro a brasa, em 6,3%; a motocicleta, em 6,2%; e o *freezer*, em 5,3% das moradias. Apenas 0,04% dos domicílios não possuem bens (ver tabela 17).

TABELA 17 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS QUE POSSUEM BENS DE CONSUMO DURÁVEIS, SEGUNDO O TIPO - PARANÁ - 2006

BENS DE CONSUMO DURÁVEIS	DOMICÍLIOS	
	N.º	%
Bens de uso difundido		
Fogão a gás	2.291	96,50
Geladeira	2.183	91,95
Televisor	2.121	89,34
Chuveiro elétrico	2.043	86,06
Bens de média difusão		
Ferro elétrico	1.673	70,47
Radio	1.518	63,94
Liquidificador	1.366	57,54
Tanquinho elétrico	1.218	51,31
Fogão a lenha	1.044	43,98
Bicicleta	1.003	42,25
Bens de uso restrito		
Aparelho de som (3 em 1)	733	30,88
Telefone fixo	682	28,73
Telefone celular	661	27,84
Ventilador	646	27,21
Batedeira	525	22,11
Antena parabólica	486	20,47
Automóvel	366	15,42
Máquina de costura	336	14,15
Máquina de lavar roupa	305	12,85
Filtro de água	164	6,91
Ferro a brasa	150	6,32
Motocicleta	146	6,15
Freezer	125	5,27
Enceradeira	26	1,10
Outros		
Não respondeu	1	0,04
Sem bens	1	0,04
DOMICÍLIOS PESQUISADOS	2.374	-

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES

2.6 PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA LUZ FRATERNA

Para 95,3% dos domicílios pesquisados, os moradores disseram que o Programa Luz Fraterna tem lhes proporcionado benefícios, e para apenas 4,7% a resposta foi negativa (tabela 18).

TABELA 18 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS, BENEFICIADOS OU NÃO PELO PROGRAMA LUZ FRATERNA - PARANÁ - 2006

BENEFÍCIOS	DOMICÍLIOS	
	N.º	%
Sim	2.263	95,32
Não	111	4,68
TOTAL	2.374	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES

Nesse sentido, partindo do universo de moradores que responderam afirmativamente sobre os benefícios trazidos pelo Programa Luz Fraterna, 62,5% deles afirmaram que passaram a comprar alimentos com a economia feita pelo Programa. Os gastos com a saúde encontram-se em segundo lugar, no entanto estão bem abaixo dos alimentos, representando 13,4% do destino que os domicílios deram à economia feita devido ao Programa Luz Fraterna. Seguem-se, na seqüência, 7,7% dos domicílios que empregaram essa economia em educação; 7,2%, em vestuário e calçados; 4,6%, em habitação; 1,7% que compraram utensílios domésticos; 0,9% que utilizaram a economia feita em transporte; 0,7%, em material de higiene; 0,4%, em aluguel; 0,3%, em serviços pessoais; 0,2% dos domicílios pouparam; e 0,1% passaram a desenvolver alguma atividade que gerasse renda. Outros 0,1% dos domicílios pagaram as contas atrasadas, 0,1% investiram em lazer e 0,04% ajudaram amigos e parentes (tabela 19).

TABELA 19 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS, SEGUNDO DESTINO DOS GASTOS REALIZADOS COM A ECONOMIA PROPORCIONADA PELO PROGRAMA - PARANÁ - 2006

DESTINO DOS GASTOS	DOMICÍLIOS	
	N.º	%
Alimentos	1.414	62,48
Saúde	302	13,35
Educação	174	7,69
Vestuário calçado	162	7,16
Habitação	104	4,60
Utensílios domésticos	39	1,72
Transporte	21	0,93
Material de higiene	16	0,71
Aluguel	10	0,44
Serviços pessoais	7	0,31
Poupança	4	0,18
Passou a ter alguma atividade que gera renda	3	0,13
Contas atrasadas	3	0,13
Recreação (lazer)	2	0,09
Ajuda a amigos ou parentes	1	0,04
Não sabe	1	0,04
TOTAL	2.263	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES

NOTA: Refere-se ao principal destino dado à economia proporcionada pelo Programa.

Quanto ao esforço para permanência dos domicílios no Programa Luz Fraterna, verificou-se que 61,9% deles modificaram algum hábito de consumo visando à sua manutenção, contra 38,1% que não modificaram nenhum hábito de consumo de energia (tabela 20).

TABELA 20 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS QUE MODIFICARAM SEUS HÁBITOS PARA MANTER-SE NO PROGRAMA LUZ FRATERNA - PARANÁ - 2006

HÁBITOS MODIFICADOS	DOMICÍLIOS	
	N.º	%
Sim	1.469	61,88
Não	905	38,12
TOTAL	2.374	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES

Foram classificados nove itens que sintetizam as principais mudanças de hábito no consumo de energia. Dentre os domicílios que afirmaram mudanças de hábito, 30,4% fizeram uma redução no uso e mudanças nos tipos de lâmpadas; 28,3% fizeram mudanças no uso do chuveiro e nos hábitos de banho; e 10,8% fizeram mudanças no tempo e na forma de uso das lâmpadas, dos eletrodomésticos, dos eletroeletrônicos e demais aparelhos elétricos, ou trocaram os mesmos, ou, ainda, deixaram de usá-los. Em 8,2% dos domicílios houve mudança no tempo e na forma de uso de eletrodomésticos e demais equipamentos eletrônicos ou troca ou, ainda, deixaram de usá-los. Já em 7,9% dos domicílios houve mudança no tempo e na forma de uso dos eletroeletrônicos do tipo TV, som, rádio e computador. Outros 7,2% dos domicílios modificaram o tempo e a forma de uso do ferro elétrico ou, ainda, deixaram de usá-lo, além de 6,2% de outros domicílios terem mudado o tempo e a forma de uso na máquina de lavar roupa e do tanquinho, ou mesmo deixaram de usá-los. Menos de 1,0% dos domicílios responderam terem controlado gastos, economizado o necessário e evitado desperdícios (tabela 21).

TABELA 21 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS, SEGUNDO TIPOS DE HÁBITOS MODIFICADOS PARA SE MANTER NO PROGRAMA LUZ FRATERNA - PARANÁ - 2006

TIPOS DE HÁBITOS MODIFICADOS	DOMICÍLIOS	
	N.º	%
Redução no uso e mudanças nos tipos das lâmpadas	447	30,43
Mudanças no uso do chuveiro e no hábito do banho	415	28,25
Mudança no tempo e na forma de uso de lâmpadas, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e demais aparelhos elétricos (chuveiro, cortador de grama, bomba d'água), simultaneamente, inclusive trocando-os ou deixando de usá-los	159	10,82
Mudança no tempo e na forma de uso dos eletrodomésticos e demais equipamentos elétricos, inclusive trocando-os por novos ou deixando de usá-los	121	8,24
Mudança no tempo e na forma de uso dos eletroeletrônicos (TV; rádio; som; computador)	116	7,90
Mudança no tempo e na forma de uso do ferro elétrico, inclusive deixando de usar	105	7,15
Mudança no tempo e na forma de uso da máquina de lavar roupa, tanquinho, inclusive deixando de usar	91	6,19
Controla gastos, economiza o necessário e evita desperdício de energia elétrica	14	0,95
Não sabe dizer em que economiza ou se economiza	1	0,07
TOTAL DE DOMICÍLIOS COM HÁBITOS MODIFICADOS	1.469	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES

Do total de domicílios, 56,9% afirmou que reduziu o uso de algum tipo específico de eletrodoméstico por causa do Programa Luz Fraterna, contra 43,1% que negou ter reduzido (tabela 22).

TABELA 22 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS, SEGUNDO A REDUÇÃO NO USO DE ELETRODOMÉSTICOS NA MORADIA - PARANÁ - 2006

REDUÇÃO DO USO DE ELETRODOMÉSTICOS	DOMICÍLIOS	
	N.º	%
Sim	1.350	56,87
Não	1.024	43,13
TOTAL	2.374	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES

Dos domicílios cujos moradores responderam que reduziram o uso de algum tipo específico de eletrodoméstico, 28,2% assim procederam com o ferro elétrico; 18,3%, com o chuveiro elétrico; 17,6% com a máquina de lavar roupa, tanquinho, ou secadora de roupa; 16,8% com a TV; 11,3% com eletrodomésticos (rádio, aparelhos de som, cortador de grama); 6,8% com geladeira, *freezer*, forno elétrico, microondas; ou, ainda, deixaram de usá-los. Menos de 1,0% dos domicílios optaram pela redução do uso da luz (0,8%), e 0,2%, pelo uso da bomba d'água (tabela 23).

TABELA 23 - DOMICÍLIOS PESQUISADOS QUE REDUZIRAM O USO DE ELETRODOMÉSTICOS, SEGUNDO O GRUPO DE ELETRODOMÉSTICOS - PARANÁ - 2006

GRUPOS DE TIPOS DE ELETRODOMÉSTICOS REDUZIDOS	DOMICÍLIOS	
	N.º	%
Ferro elétrico (redução)	381	28,22
Chuveiro elétrico (redução)	247	18,30
Máquina de lavar roupa; tanquinho; secadora (redução)	237	17,56
TV (redução)	227	16,81
Eletrodoméstico; rádio; ap. som; cort. grama (redução)	153	11,33
Geladeira; <i>freezer</i> ; forno elétrico; microondas (redução, desuso, doação)	92	6,81
Redução da luz	10	0,74
Bomba d'água	3	0,22
Total de domicílios com redução de grupos de eletrodomésticos	1.350	100,00

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES

2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto a um questionamento estabelecido pela Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social de que o Programa atingiria usuários não domiciliários, pode-se dizer que a pesquisa constatou apenas quatro casos dessa natureza. No entanto, ficou explícita a existência de erros de enquadramento no Programa, dado ter-se considerado como principal

critério de enquadramento o baixo consumo de energia elétrica: cerca de 6,5% dos domicílios pesquisados extrapolavam em muito o critério de renda familiar mensal *per capita* (até R\$ 100,00 no Cadastramento dos Programas Sociais do Governo Federal) e até mesmo a delimitação estabelecida pelo IPARDES para a faixa de pobreza (até R\$ 150,00 de renda mensal *per capita*). Outra distorção encontrada pela pesquisa foi um grupo de cerca de 2,3% dos domicílios pesquisados onde o morador atual continuava se beneficiando do Programa, embora o usuário originalmente cadastrado fosse um ex-morador, ex-inquilino ou ex-proprietário.

Além desses erros de enquadramento, verificou-se que cerca de 60 domicílios, apesar de incluídos no cadastro do Luz Fraterna, na verdade são chácaras ou sítios onde o morador vai apenas no final de semana, o beneficiário morreu ou mudou-se, ou o domicílio não é mais habitado.

A pesquisa também deixou claro que a proporção de responsáveis pelo domicílio cujo nome consta como beneficiário do Programa (66%) é próxima da proporção de responsáveis em cujo nome está o NIS (60%); já para os cônjuges essas proporções são, respectivamente, 20% e 37%, indicando a existência de um grupo de cônjuges com NIS mas que não são inscritos no Programa Luz Fraterna. O mesmo vale para cerca de 2% de domicílios onde o NIS está no nome de um filho do responsável.

No total de domicílios pesquisados foram identificados 7.983 moradores, sendo 48% homens e 52% mulheres. A pesquisa indicou que 30% dos moradores são os responsáveis pelos domicílios. Com relação ao parentesco dos moradores com o responsável, tem-se que 19% são cônjuges, 43% são filhos e 7% são outros parentes.

Três grupos etários são predominantes na composição das famílias pesquisadas: o grupo de adultos de 35 a 49 anos, que representam 20% dos moradores pesquisados, seguido de perto pelo grupo de 7 a 14 anos, que também representa 20% dos moradores, e pelo grupo de mais de 50 anos, que corresponde a 19,8% dos entrevistados.

Quanto à renda familiar mensal *per capita*, a da maioria dos domicílios beneficiários do Programa Luz Fraterna (62,8%), correspondendo a 72,4% dos moradores entrevistados, vai de zero a R\$ 150,00, estando, portanto, abaixo da linha de pobreza definida pelo IPARDES. Destaca-se que a maior quantidade de crianças com idade entre zero e 17 anos é encontrada nas faixas de renda mensal *per capita* de zero a R\$ 75,00.

Verificou-se que a escolaridade atingida pelo conjunto de moradores é de modo geral bastante baixa: 27% têm o ensino fundamental de 1.^a a 4.^a série incompleto, 20% têm o ensino fundamental de 5.^a a 8.^a série incompleto, 15% dos moradores são analfabetos, 9% completaram a 4.^a série do ensino fundamental, quase 6% concluíram a 8.^a série do ensino fundamental, enquanto 7% completaram o ensino médio e 7,2% têm o ensino médio incompleto. Nesse conjunto de moradores, cerca de 34% ainda freqüentam a escola, de tal modo que ainda existe possibilidade de melhoria nos níveis de escolaridade.

No que se refere à origem da renda mensal familiar, 24% dos moradores dos domicílios pesquisados têm na composição de sua renda os diversos programas consolidados no Bolsa-Família (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação, Vale-Gás etc.). Cerca de 19% dos entrevistados eram empregados no comércio, indústria ou serviços; 12,3% eram trabalhadores por conta própria ou autônomos; 17% eram aposentados ou pensionistas. Para 11%, a renda origina-se da agricultura, são trabalhadores rurais temporários ou permanentes ou pequenos produtores rurais, e 7,2% eram empregados domésticos. No entanto, quando a referência é a massa de rendimentos de todas as origens, a principal fonte de renda são aposentadorias, pensões e benefícios pagos pela previdência e assistência social, seguidas pelo rendimento do trabalho autônomo e pelos rendimentos do emprego nos serviços, indústria, comércio e serviço público.

Quanto à participação dos moradores em programas sociais de transferência de renda do governo, praticamente a metade dos domicílios pesquisados informou que participam de um ou mais. Predomina a participação no Bolsa-Família, com elevada presença de pessoas com renda *per capita* mensal de até R\$ 150,00. No universo pesquisado, poucos foram os beneficiários do Programa Leite das Crianças encontrados. Apenas 7% dos domicílios pesquisados recebem regularmente doação de cesta básica, originadas principalmente de igrejas ou instituições religiosas, seguidas de doações governamentais, e apenas em 13% dos domicílios verificou-se alguma atividade associativa ou participação em grupos organizados.

Outra característica revelada pela pesquisa é que o responsável pelo domicílio e seus familiares constituem uma população estável quanto à referência ao endereço da moradia: os que residem no mesmo endereço há mais de 10 anos somam 43%, e em outros 22% dos domicílios o responsável e seus familiares residem entre 5 e 10 anos.

Outro fator de comprovação do grau de estabilidade e de permanência da população no local de moradia é que 78% dos domicílios são próprios e apenas 9% são alugados, sendo ainda 13% deles cedidos.

O perfil dos domicílios pesquisados revela que as moradias construídas de alvenaria somam 48%; as de madeira, 33%; e as mistas, 17%. Quanto ao número de cômodos que compõem os domicílios, observa-se que 63% dos domicílios têm de 4 a 5 cômodos, 13% têm 3 cômodos, e 5% têm apenas 2 cômodos. Em 58% dos domicílios, 2 cômodos servem como dormitório, em 21% apenas 1 cômodo tem essa serventia, e em 19% são 3 os cômodos utilizados como tal. A principal forma de abastecimento de água é representada pela rede geral, atendendo a 81% dos domicílios, dos quais 65% recebem a tarifa social de água, contra 35% que não a recebem. Em 81% dos domicílios, o tipo de sanitário usado fica dentro da residência; e em 11%, o sanitário é externo, porém anexo à residência.

De modo geral, o padrão habitacional encontrado na pesquisa é mais próximo do adequado, o que não significa que não tenham sido encontradas situações totalmente inadequadas, que apareceram, no entanto, em menor proporção.

Em praticamente todos os domicílios pesquisados (mais de 86%) foram encontrados fogão a gás, geladeira, televisão e chuveiro, considerados como bens de uso difundido. Já os bens de média difusão existem em 40% a 70% dos domicílios pesquisados, enquanto os de uso restrito apareceram em no máximo 30% dos domicílios.

No que se refere à percepção dos benefícios do Programa do ponto de vista de seus usuários, para 95% dos domicílios pesquisados os moradores disseram que o Programa Luz Fraterna teria trazido benefícios, sendo que em 63% deles passou-se a comprar alimentos com a economia feita, enquanto os gastos com a saúde encontram-se em segundo lugar, representando 13% dos domicílios. Em 62% dos domicílios houve mudanças de hábito no uso de aparelhos elétricos com o intuito de permanência no Programa, enquanto em 57% dos domicílios houve redução, e até mesmo descontinuidade, no uso de algum aparelho elétrico.

3 RESULTADOS DA PESQUISA QUALITATIVA

Esta parte do relatório subsidia a Avaliação do Programa Luz Fraterna e tem como objetivo apresentar informações sobre a visão dos dirigentes municipais da área de ação social dos municípios relativas a vários aspectos de sua atuação e, em especial, relacionadas ao cadastramento dos beneficiários dos programas sociais do Governo Federal.

A pesquisa qualitativa foi realizada por meio de pesquisa de campo. A partir de uma amostra intencional, garantiu-se um painel diversificado dos municípios pesquisados. A amostra corresponde a um conjunto de dez municípios: Cianorte, Coronel Vivida, Jacarezinho, Lapa, Marechal Cândido Rondon, Pitangueiras, Quatro Pontes, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e União da Vitória.

Na seleção dos municípios para a pesquisa qualitativa, utilizou-se a proporção de beneficiários do Programa Luz Fraterna que possuem o NIS como critério inicial, e um conjunto de indicadores socioeconômicos e políticos, como critérios complementares.

A proporção de beneficiários com NIS é uma variável diretamente ligada às orientações de acesso ao Programa Luz Fraterna. De acordo com as informações obtidas junto às concessionárias de energia elétrica que atuam no Paraná, essa proporção varia entre 2,74% e 93,76% para o conjunto de 399 municípios, com taxa média de 54,20% e mediana em torno de 55,9%. Assim, a proporção de beneficiários com número de inscrição social foi utilizada inicialmente para separar os 399 municípios em dois grupos distintos: os municípios nos quais a proporção de beneficiários com NIS estava acima da média e da mediana estadual e os municípios cuja proporção de beneficiários com NIS estava abaixo dessas medidas de tendência central. Para estabelecer a mediana, os municípios foram inicialmente ordenados, evidenciando-se os pontos de máximo e de mínimo. Portanto, o primeiro critério de seleção foi o município com a proporção mais elevada de beneficiários com NIS (Jacarezinho) e aquele com a menor proporção de beneficiários com NIS (Tijucas do Sul).

Para os demais municípios, foram utilizados outros indicadores, segundo alguns critérios definidos como relevantes para a equipe de pesquisadores e em consonância com o estudo proposto, sendo eles: ano de criação do município; o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M); a renda municipal *per capita*; a receita municipal e a filiação partidária do Prefeito Municipal.

O ano de criação do município variou entre 1872 e 1990, procurando-se evidenciar o Paraná Tradicional, em municípios do sul do Estado instalados no final do século XIX. Outro período histórico importante de expansão da ocupação do território paranaense foi representado pelos municípios elevados a essa categoria nos anos de 1950/60, e entraram nessa seleção municípios de regiões distintas como sul, sudoeste, oeste e noroeste paranaenses. Nos anos 1990, houve um movimento intenso de criação de novos municípios, com a emancipação de alguns distritos, entre os quais foram selecionados dois municípios, um da

região oeste e outro do norte paranaense, próximos de municípios médios e economicamente dinâmicos.

As variáveis socioeconômicas e políticas, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), a Receita Municipal no ano 2003, a renda municipal *per capita* e a filiação partidária do Prefeito Municipal no exercício atual foram utilizadas de forma a diversificar as situações observadas e distribuir a pesquisa de campo nos demais municípios. Os resultados dessa seleção estão apresentados na tabela 24.

TABELA 24 - MUNICÍPIOS SELECIONADOS SEGUNDO INDICADORES SOCIECONÔMICOS E POLÍTICOS - PARANÁ - 2006

MUNICÍPIO	BENEFICIÁRIOS COM NIS (%)	ANO DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M)	RENDA MUNICIPAL <i>PER</i> <i>CAPITA</i> ⁽¹⁾	RECEITA MUNICIPAL 2003	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DO PREFEITO MUNICIPAL
Jacarezinho	93,76	1903	0,782	285,28	19.487.270,00	PT
Coronel Vivida	77,60	1955	0,775	194,85	13.094.502,62	PFL
Marechal Cândido Rondon	75,00	1961	0,829	341,71	44.383.133,28	PFL
Quatro Pontes	62,50	1990	0,850	308,47	4.508.551,43	PMDB
Cianorte	59,30	1955	0,818	312,63	37.889.003,92	PMDB
União da Vitória	47,63	1890	0,79	285,77	33.969.000,00	PSDB
São José dos Pinhais	36,34	1897	0,796	311,29	195.905.909,30	PSDB
Pitangueiras	35,48	1990	0,754	190,41	3.342.915,66	PMDB
Lapa	30,80	1872	0,754	234,01	20.332.964,04	PTB
Tijucas do Sul	2,74	1952	0,716	170,91	7.099.808,56	PTB

FONTES: Concessionárias de Energia Elétrica, IPARDES, PNUD, Fundação João Pinheiro, TRE

(1) Todo tipo de renda obtida pelos moradores/total de moradores, expressa em reais, pela cotação de 1.º de agosto de 2000.

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de fevereiro e março de 2006 e constituiu-se de entrevistas dirigidas aos gestores municipais da área da Assistência Social, como Secretários Municipais ou responsáveis pelos Programas Sociais do município. Essas entrevistas seguiram um roteiro de questões previamente definido, garantindo, assim, a padronização da avaliação em todos os municípios.

As questões levantadas nas entrevistas seguiram os seguintes temas: perfil do gestor, cadastramento dos beneficiários de programas sociais (Cadastro Único), utilização do cadastro pelo município, programas sociais existentes no município e percepção do gestor sobre o Programa Luz Fraterna.

3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Neste tópico do trabalho serão analisados os resultados da pesquisa de campo qualitativa efetivada junto aos gestores municipais da Assistência Social. A análise está organizada seguindo o roteiro utilizado para as entrevistas e apresenta os aspectos que sintetizam cada um dos temas abordados.

Na seqüência deste tópico, apresentam-se cinco quadros-resumo nos quais estão sintetizados os depoimentos de cada um dos gestores entrevistados.

3.2.1 Cadastramento dos Programas Sociais

Neste item da pesquisa, procurou-se saber se o gestor tinha conhecimento de como se processou o cadastramento para os programas sociais (Bolsa-Escola, Vale-Gás etc.) em sua etapa inicial. De modo geral, os gestores não participaram nem acompanharam o trabalho na etapa anterior, mas foi possível saber que, de início, o cadastramento não estava sob a responsabilidade da área de Assistência Social dos municípios e que era feito pelos profissionais da área de Educação e Saúde, os quais não tinham uma leitura clara do público-alvo da Assistência Social. Observou-se também que não havia critérios claros de enquadramento, porque quem definia os beneficiários dos programas era o Governo Federal. Isso acabou gerando distorções, que mais recentemente foram abordadas pela mídia, nas quais se apontava a existência de beneficiários dos programas sociais que extrapolavam os critérios de enquadramento, bem como fraudes nos benefícios.

3.2.2 Recadastramento

Os municípios foram visitados num período correspondente à fase final do recadastramento, cujo prazo de encerramento estava previsto para 28 de fevereiro de 2006, mas que acabou sendo prorrogado para 31 de março do mesmo ano. Desse modo, foi possível saber de que forma os trabalhos haviam transcorrido e quais foram as diferentes estratégias adotadas pelos municípios para desenvolver essa atividade.

Nesta fase dos trabalhos, o recadastramento estava sob a responsabilidade da área social das prefeituras, que se guiavam pelas orientações passadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), acordadas no Termo de Adesão assinado. Isso trouxe maior responsabilidade perante as informações prestadas e, inclusive, levou muitas Secretarias a criar um termo de responsabilidade, que foi assinado pelos potenciais beneficiários dos programas sociais. Em alguns casos, a Prefeitura tem não apenas um Termo de Compromisso, como também um Termo de Desistência, já que muitas pessoas procuram a Prefeitura para desistir do benefício no momento em que obtêm melhoria de renda. Os gestores entrevistados enfatizaram a importância da entrevista socioeconômica do recadastramento com o intuito de conhecer o padrão de consumo das famílias antes de questionar sobre a renda familiar. É importante destacar que na fase do recadastramento aumentou também o grau de autonomia das prefeituras com relação à exclusão e inclusão dos beneficiários dos programas.

Verificaram-se junto às Secretarias pesquisadas duas posturas distintas com relação à observância dos limites de renda fixados para o cadastramento da população de até R\$ 100,00 de renda familiar *per capita*. Alguns municípios simplesmente não procederam ao cadastro quando a família não preenchia esse critério, mesmo sabendo de suas dificuldades de sobrevivência. Já em outros municípios, as equipes da Prefeitura cadastraram as pessoas de baixa renda que extrapolaram um pouco o limite de renda, explicando-lhes que o cadastramento não necessariamente geraria benefícios de transferência de renda (quadro-resumo 1).

QUADRO-RESUMO 1 - SISTEMÁTICA ADOTADA PARA O CADASTRAMENTO DOS PROGRAMAS SOCIAIS

MUNICÍPIO	SISTEMÁTICA ADOTADA			
	Cadastramento	Recadastramento	Capacitação	Dificuldades Encontradas
CIANORTE	Foi feito como era o Bolsa-Família, por meio dos secretários das escolas, mas essas equipes não tinham clareza sobre a situação de pobreza (leitura do público-alvo da Assistência Social). O que se observou foi a grande quantidade de distorções via Comissão de Avaliação do Projeto, que exigiram correções e complementações de informação. Anteriormente, a composição familiar não entrava no cadastro. No sistema anterior, sem aprovar o cadastro, não gerava NIS nem benefício.	A primeira etapa do recadastramento terminou em 2002 e houve dificuldade de inserção pela CEF. Vieram centenas de cartões de pessoas que não tinham filho na escola, mas tinham Cartão-cidadão. O município segue as orientações do MDS, que é responsável pelo cadastramento e pelas informações prestadas. O cadastramento de pessoas que ultrapassam o critério fere a regra estabelecida pelo MDS (Termo de Adesão). O ano de 2005 foi de muito trabalho, porque foi feita a atualização. A sensibilização sobre os critérios de acesso foi feita por meio do programa de três minutos diários que a gestora tinha no rádio e na TV. Localizaram as famílias mediante escolas, e quando a pessoa tinha sinais aparentes de não ser pessoa de baixa renda indicaram as sindicâncias. Agora que terminou, vão visitar todas as famílias cadastradas. Há termo de compromisso e termo de desistência assinado pelo beneficiário. O município tem 3 funcionários que fazem a entrevista, depois é feita uma visita e o cadastro é passado para o sistema. Depois do término do cadastramento, todos os beneficiários serão verificados, dividindo o município em setores. Vão utilizar o recurso previsto em melhorias no atendimento.	A capacitação foi dada pelos escritórios Regionais do MDS em Curitiba. Com recursos próprios, o município encaminhou funcionário a Curitiba para receber treinamento. Quando o MDS recebeu recursos, houve novo treinamento.	Para obter o NIS, leva-se 15 dias, mas o critério de pagamento é o Regional do MDS em Curitiba. As maiores dificuldades são de ordem financeira, em relação à disponibilidade de carro, pessoal para visitar. Também houve dificuldades com o treinamento e o acesso à zona rural (para visitar os moradores de dois sítios levou o dia inteiro). Outro problema é a falta de documento das pessoas mais pobres. Os agentes comunitários de Saúde ajudaram na localização das famílias que receberam o cartão, mas que não havia sido entregue pela CEF. É de responsabilidade da CEF a entrega do cartão. Muitas vezes o beneficiário muda de endereço e a CEF não tem como localizá-lo. Se o beneficiário procura a Prefeitura, é avisado de que deve procurar a CEF para retirar o cartão.

Dependendo do tamanho do município, as estratégias de abordagem da população para o recadastramento variavam muito, mas, de modo geral, no início do processo as equipes da Prefeitura iam até as comunidades mais distantes aonde, em alguns casos, realizavam visitas domiciliares. Em outros casos, atendiam nas escolas e procediam ao recadastramento da população. Hoje, a maioria das Prefeituras acabou por centralizar o atendimento na sede do município, embora alguns municípios tenham adotado a estratégia de descentralizar o cadastramento para os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). No Município

da Lapa, que é muito grande, a Prefeitura transfere a administração municipal por um dia para as comunidades, e nesse dia uma das atividades é o cadastramento.

Em alguns municípios estava sendo feito um trabalho posterior de checagem das informações, sendo que as indicações para essa verificação são tiradas da aparência das pessoas ou de informações prestadas pelas escolas e postos de saúde. O município de Quatro Pontes adotou como procedimento uma visita às famílias que foram identificadas a partir do cadastro antigo, e depois foi elaborado um Parecer Social com a avaliação das condições da família. Posteriormente, esses dados foram avaliados por uma comissão bipartite (governamental e não-governamental) que decidiu pela permanência ou não da família no cadastro. No município da Lapa existe um Comitê Gestor, também bipartite, que resolve problemas desse tipo e também fiscaliza. O município de Cianorte tem intenção de visitar todas as famílias cadastradas ao término do período de cadastramento.

De modo geral, os municípios usam não apenas a equipe da Assistência Social, mas também os Agentes Comunitários de Saúde, para visitar as famílias e avaliar suas condições de vida. Muitos municípios comentaram que o fato de haver um maior controle por parte do MDS com relação aos beneficiários dos programas de transferência de renda, amplamente divulgado pela mídia, fez com que muitas pessoas, que certamente não preenchiam os requisitos de renda, deixassem de se apresentar para fazer o cadastramento. Foi mencionado também que existem denúncias de parentes ou vizinhos acerca de benefícios irregulares. Da mesma forma, as auditorias levadas a efeito pelo MDS obtiveram como resultado o cancelamento dos cadastros irregulares e o bloqueio dos respectivos cartões. Para alguns municípios, o grau de responsabilidade previsto estava perfeitamente claro, e estão programando, inclusive, que, ao término do cadastramento, farão visitas domiciliares a todos os beneficiários. Já em outros municípios, alegaram-se dificuldades de deslocamento e de equipe para adotar este tipo de providência.

As Prefeituras fizeram um amplo trabalho de divulgação utilizando pôsteres, cartazes, rádios, carros de som, televisão, bem como seus programas específicos de comunicação junto ao público. Este trabalho de sensibilização preocupou-se com a divulgação dos critérios de enquadramento, mas, mesmo assim, muitas pessoas procuraram a Prefeitura, insistindo em se cadastrar, mesmo não preenchendo os critérios de renda.

3.2.3 Capacitação

Todos os municípios visitados, com exceção de Tijucas do Sul, mencionaram a capacitação organizada pela Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social (SETP) e oferecida pela Caixa Econômica Federal (CEF). O treinamento foi ofertado tanto nos Núcleos Regionais como em Curitiba. Além disso, a CEF disponibilizou um telefone 0800 para dar suporte ao trabalho de cadastramento e ao funcionamento do sistema.

3.2.4 Dificuldades Encontradas

De modo geral, os municípios mencionaram dificuldades com relação a pessoal técnico para execução do cadastramento, bem como da disponibilidade de carro para visitar as famílias e, ainda, a falta de verbas para contratar mais pessoas. Os municípios trabalham com equipes muito reduzidas.

Outra dificuldade associada a esta foi o acesso à zona rural, que, em alguns casos, complicava-se pela distância a ser percorrida e a precariedade do acesso. Em alguns casos, as dificuldades estavam sendo associadas à localização das pessoas a serem cadastradas, pois vivem em acampamentos e assentamentos.

Outro conjunto de dificuldades está associado ao sistema de informática no qual são registrados os cadastros. Isso porque o programa, além de muito lento, travava muito, e a transmissão ficava difícil, uma vez que, ao transmitir um lote de cadastro, se algum estivesse errado, voltava o lote inteiro. No entanto, não houve queixas quanto à facilidade de preenchimento e à clareza dos formulários, apresentando uma seqüência lógica. Um gestor sugeriu que o sistema funcionasse em rede, o que agilizaria trabalho.

Com muita freqüência os gestores entrevistados comentaram sobre a dificuldade de cadastramento de famílias que não tinham todos os documentos exigidos, acabando por requerer um esforço adicional por parte dos municípios para viabilizar a obtenção desses documentos. Nesses casos, os municípios organizavam eventos do tipo "Cidadania em Ação" ou "Ação Global", visando propiciar o acesso à documentação de grande parte da população ou, ainda, adotando estratégias para fornecer os documentos para quem precisasse, viabilizando o seu transporte a outros municípios onde esses documentos poderiam ser obtidos e, até mesmo, pagando as taxas para obtenção dos documentos. Nesse sentido, pode-se dizer que a baixa proporção de beneficiários do Luz Fraterna que possuem o NIS em Tijucas do Sul está associada não apenas à elevada proporção de população rural, mas também à falta de Título de Eleitor e, conseqüentemente, do CPF.

Com relação especificamente ao cartão com o NIS, foram duas as dificuldades mencionadas: uma se refere ao tempo que transcorre entre o cadastramento e a emissão do cartão confeccionado, e a outra diz respeito à localização dos beneficiários quando do retorno do cartão, pois muitas vezes as pessoas já haviam mudado de endereço. A responsabilidade pela entrega do cartão é da CEF, mas, quando os beneficiários não são encontrados, freqüentemente a Prefeitura é que os procura para avisar.

O município de Tijucas do Sul mencionou dificuldades com relação ao Termo de Adesão e à preparação e encaminhamento dos documentos necessários. Segundo o gestor, "tudo que vem do governo é difícil para os pequenos municípios; [pois] falta apoio [técnico] para realizar [as tarefas], só vem o dinheiro".

O gestor do município de União da Vitória mencionou a dificuldade provocada pelo fato de não haver cruzamento dos cadastros por filiação. Assim, existem casos de pais separados cujas crianças são cadastradas por ambos, ou mesmo casos de avós que também cadastram as mesmas crianças. Segundo os gestores, essas duplicidades só podem

ser resolvidas com visitas domiciliares, visto que os municípios não têm autonomia para gerar relatórios e cruzar dados do sistema.

3.2.5 Quantificação do Cadastramento

O quadro-resumo 2 apresenta a população dos municípios visitados e sintetiza os números aproximados, relativos à parcela da população que deverá ser cadastrada em cada município, às famílias já cadastradas e ao número de famílias que ainda falta cadastrar. O que se observou, de modo geral, é que os municípios estão apresentando maior clareza com relação aos dados de população total e de famílias já cadastradas. Não há muita segurança com relação ao universo que ainda deve ser atingido. Isso se deve, em parte, ao fato de que a população pobre é, acima de tudo, uma população de migrantes, e, assim, os números apresentados acabam sendo muito aproximados.

QUADRO-RESUMO 2 - QUANTIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA O CADASTRAMENTO DOS PROGRAMAS SOCIAIS

MUNICÍPIO	QUANTIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO			
	Total	Parcela a ser Cadastrada	Famílias Cadastradas	Famílias que faltam Cadastrar
CIANORTE	62.134 habitantes (estimativa 2005).	Aproximadamente 2.600 famílias.	Aproximadamente 2.009 famílias.	Aproximadamente 30 famílias. Obs. Cadastros novos apenas dos que se transferiram para a cidade. Demora 3 meses para cadastrar e, quando é usuário do SUS, vem rápido.
CORONEL VIVIDA	22.157 habitantes (estimativa 2005).	Aproximadamente 2.014 famílias recebem o benefício, mas o recadastramento vai definir se ficam.	Aproximadamente 2.800 (até meio salário de renda familiar <i>per capita</i>).	Aproximadamente 150 famílias que vieram de outros municípios ou adolescentes com filho, que não podem ser cadastrados por causa da idade.
JACAREZINHO	38.853 habitantes (estimativa 2005).	Aproximadamente 7.900 famílias.	Aproximadamente 6 mil famílias.	Aproximadamente 1.900 famílias.
LAPA	44.733 habitantes (estimativa 2005).	Não informaram.	Aproximadamente 4.400 famílias, e todas recebem o benefício. Aproveitaram pouco o cadastro anterior pelo critério de cadastro que foi adotado.	As famílias de baixa renda não têm mais que cadastrar. Atualmente vão cadastrar para o Cadastro Único.
MAL. CÂNDIDO RONDON	44.705 habitantes (estimativa 2005).	-	Aproximadamente 4 mil já cadastradas.	O registro mostra que já se atingiu o total a ser cadastrado.
PITANGUEIRAS	2.494 habitantes (estimativa 2005).	-	Aproximadamente 100 famílias.	Aproximadamente 8 famílias.
QUATRO PONTES	4.200 habitantes (estimativa 2005).	Aproximadamente 200 pessoas.	Aproximadamente 150-180 famílias.	São as famílias recém-chegadas no município.
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	252.470 habitantes (estimativa 2005). Vem muita gente de fora do município.	Aproximadamente 10 mil famílias. O município não consegue avaliar porque todo dia tem família chegando no município.	Aproximadamente 15 mil famílias, e destas, 10 mil recebem algum benefício.	Aproximadamente 4 mil famílias.
TIJUCAS DO SUL	13.536 habitantes (estimativa 2005)	Aproximadamente 1.500 famílias.	Aproximadamente mil famílias.	Aproximadamente 500 famílias
UNIÃO DA VITÓRIA	51.350 habitantes (estimativa 2005).	-	Aproximadamente 5.436 famílias já foram cadastradas.	Não informaram, mas a procura está diminuindo.

FONTE: Pesquisa de campo - IPARDES

3.2.6 Uso do Cadastro

Todos os municípios visitados foram unânimes em valorizar o uso do Cadastro Único como ferramenta importante para o fornecimento de informações sobre as clientelas a serem atendidas, sua condição social e a situação real das famílias a eles pertencentes. Além disso, ele fornece informações organizadamente, possibilitando um diagnóstico completo, e serve de base para a elaboração de programas, bem como para o controle da população atendida nos diversos programas. Segundo um dos gestores entrevistados, "o cadastro facilita e dá credibilidade ao trabalho junto à população, que sabe que tem regras e levam a sério". Outro município vai se basear nas informações do cadastro para localizar os novos CRAS que terá.

Alguns municípios começam a vislumbrar avanços a partir desta base de dados representada pelo cadastro. Assim, o município de Marechal Cândido Rondon está se organizando para informatizar os dados relativos à promoção social e aos demais programas municipais. Já o município de São José dos Pinhais está se preparando para georreferenciar as informações do cadastro, integrando-as às demais áreas de atendimento à população. Outro uso do cadastro apontado pelos entrevistados foi a possibilidade de integrar os beneficiários dos vários programas de transferência de renda ao Cadastro Único, permitindo eliminar duplicidades de atendimento.

3.2.7 Programas Sociais Desenvolvidos nos Municípios

Os programas de atendimento social em todos os municípios estão voltados à satisfação das necessidades mais imediatas da população, seja no atendimento a crianças e idosos, seja no fornecimento de alimentos para a população mais desassistida. De modo geral, observou-se uma preocupação com programas de geração de renda e com a exigência de contrapartidas, que se traduz em dias de trabalho para a Prefeitura ou na participação em reuniões, quando há doação de alimentos por meio de cestas básicas. É o caso, por exemplo, de Coronel Vivida, Jacarezinho, Marechal Cândido Rondon, entre outros.

Verificou-se, também, que os municípios se preocupam com o fato de que o recebimento de transferências de renda e mesmo de doações de alimentos acabe gerando uma acomodação na população, que, ao ter sua subsistência mínima assegurada, não se preocupe mais em procurar emprego e melhorar de vida. Segundo um dos gestores entrevistados, "é necessário trabalhar com as famílias, não adianta dar se não tiver uma mudança de comportamento". A preocupação com assegurar trabalho para a população é tão intensa que, em alguns municípios, chega-se a fornecer transporte aos trabalhadores locais que trabalham nas fábricas de outros municípios, como acontece no pequeno município de Pitangueiras.

No entanto, o trabalho de gerar renda e emprego, bem como o de assistir à população mais pobre, acaba sendo incessante, dada a intensidade com que novas levas de população deslocam-se de um município para outro, ou da zona rural para a zona urbana, em busca de melhores condições de vida. Mesmo nos municípios onde o desenvolvimento social é mais intenso e as condições de emprego e renda estão praticamente asseguradas, como é o caso de Marechal Cândido Rondon e Quatro Pontes, existe uma demanda permanente de atendimento originada pela vinda de novos migrantes.

No que se refere aos programas em parceria com o Governo do Estado, o Programa Leite das Crianças foi considerado por todos como essencial para assegurar os padrões nutricionais da população mais pobre. Por sua vez, o Programa Luz Fraterna, embora conhecido pelos gestores, não tem participação dos municípios no cadastramento dos beneficiários. A exceção observada foi nos casos de Coronel Vivida e Jacarezinho, onde o fornecimento de energia é feito por outras concessionárias que não a COPEL, havendo uma integração entre o município e a concessionária de energia no cadastramento dos beneficiários. A Tarifa Social da Água também foi citada como Programa que beneficia a população mais pobre, e seu cadastramento é feito em parceria com o município. Para o município de Marechal Cândido Rondon, um dos mais desenvolvidos socialmente, os programas habitacionais da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) representam uma prioridade, visto que no estágio atual em que se encontram as políticas sociais do município a resolução da questão da moradia é a mais significativa. Também o município de União da Vitória mencionou programas habitacionais financiados pela CEF, para transferência da população das áreas de risco.

Dentre os programas desenvolvidos em parceria com o Governo Federal, todos os entrevistados destacaram, além do Bolsa-Família, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – entre os municípios visitados, apenas Pitangueiras e Quatro Pontes não têm clientela para este tipo de programa – e, em menor intensidade, os programas Agente Jovem de Desenvolvimento e Sentinela. Alguns municípios mencionaram a parceria em programas voltados para o atendimento à família (o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF em Coronel Vivida, o Ações Socioeducativas para Famílias – ASEF em Tijucas do Sul e, ainda, o Terapia Familiar em União da Vitória), como uma alternativa de atendimento mais integrado e, assim, mais efetiva.

O quadro-resumo 3 apresenta com mais detalhes os diversos programas desenvolvidos nos municípios.

QUADRO-RESUMO 3 - PROGRAMAS SOCIAIS DESENVOLVIDOS NOS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIO	USO DO CADASTRO	PROGRAMAS SOCIAIS DESENVOLVIDOS NO MUNICÍPIO		
		Governo Municipal	Governo Estadual	Governo Federal
CIANORTE	O município vai utilizar as informações a partir da integração do Cadastro ao SUAS. O CRAS vai ser implantado nos locais onde se encontra a população. A validade do cadastro é a organização; a informação é estar em sincronia com todas as áreas (saúde, educação, assistência social) e ter os dados é uma ferramenta que facilita o trabalho junto à população e identifica grupos a serem atendidos pelas políticas, como a localização do CRAS. O cadastro bloqueou cadastros duplos, de beneficiários que recebiam simultaneamente o PETI e a Bolsa-Família.	Cesta Básica; Frentes de Trabalho; Leite de Soja (500 famílias, atendem a crianças e idosos com alergia à lactose); Palestras de conscientização das famílias beneficiárias do PETI. É necessário trabalhar com as famílias, pois não adianta dar se não houver mudança de comportamento em todos os programas.	Programa Leite das Crianças (reuniu as famílias e orientou para pesagem); Luz Fraterna e Tarifa Social da Água (orientam para que, tendo o NIS, devam procurar a COPEL e a SANEPAR).	PETI (300 crianças); Bolsa-Família, Agente Jovem de Desenvolvimento (25 crianças) e Sentinela (75 metas para o município de Cianorte e convênio com outros municípios).
CORONEL VIVIDA	É um Banco de Dados usado no trabalho do Departamento. Tem um programa de doação de cestas e usa o Cadastro para controlar as famílias que ficam dependendo dos programas. O cadastro é válido, é fácil de ser usado e oferece uma visão sobre a real situação das famílias do município. Identifica os grupos da população a serem atendidos pelas políticas. Tanto que o Programa de Emprego e Renda (PROMOVER) vai ser implantado num bairro identificado pelo cadastro. Foi feito um questionário para implantar o programa. Os que não têm documentos são ajudados a obtê-los.	Casa Lar (feito pelo Estado e mantido pela Prefeitura); Artesanato; Hortas Comunitárias (iniciou na reserva indígena); Clube de Mães; Fação de jeans/geração de renda; Mutirão Ambiental, Criança Cidadã e Projeto Social Caminho Certo (ações socioeducativas). No Projeto Mutirão Ambiental, a população recebe uma doação de cesta básica (as pessoas trabalham 2,5 dias para a Prefeitura em Limpeza de prédios, ruas, e recebe a cada 60 dias uma cesta básica).	A Luz é da Companhia Municipal FORCEL (que só cadastra com o NIS); Água; Leite; Capacitação Profissional em corte e costura; Tele Centro (7 computadores têm sido usados).	O PETI (150 famílias) – encaminhado pelo Conselho Tutelar, deve ser ampliado, para música e dança, porque só tem marcenaria e informática. O Agente Jovem (25 adolescentes); O Sentinela (aprox. 60 casos, e a maioria são meninas); O PAIF - Programa Integral de Atenção à Família (aprox. 200/mês) – Palestras, cursos, atendimento psicológico e hortas comunitárias.
JACAREZINHO	É utilizado o cadastro para diagnóstico do município como base para elaboração de programas. Coletam dados da população e o que facilita é a localização dessas pessoas e a identificação de grupos da população para o atendimento.	Estação do Ofício – cursos profissionalizantes; Curso para formar cooperativa de costureiras; Cooperativa de Reciclagem; Padaria Comunitária; Fábrica de Velas; PETI – curso de geração de renda com artesanato; com o SEBRAE – curso de artesanato com fibras; Cesta Básica é dada e a contrapartida é participar do artesanato.	Programa Leite das Crianças; compra direta do produtor; COHAPAR; Programa Luz Fraterna e Tarifa Social da Água.	Programa Bolsa-Família (2.137 inscritos); PETI (300 inscritos); Vale-Alimentação e Auxílio-Gás.

3.2.8 Perfil do Gestor

Dentre os gestores entrevistados, foi possível distinguir basicamente três grupos: Secretários Municipais com formação na área técnica de Assistência Social, primeiras-damas e secretários oriundos de indicação política. De modo geral, todos se apoiam em equipes formadas por Assistentes Sociais e profissionais da área de educação que acabam dando uma marca mais profissional à gestão. O tamanho das equipes de apoio varia em função do tamanho e dos recursos disponíveis no município.

Quanto ao tempo de atuação na área, a maioria dos gestores está em atividade desde o início da atual gestão, em 2005, embora em alguns casos tenham participado de

gestões anteriores. No caso de Pitangueiras e União da Vitória, os atuais gestores atuam desde o governo anterior (quadro-resumo 4).

QUADRO-RESUMO 4 - PERFIL E VISÃO DOS GESTORES DOS PROGRAMAS SOCIAIS

MUNICÍPIO	PERFIL DO GESTOR		VISÃO DO GESTOR		
	Área de Atuação	Tempo de Atuação na Área	Avaliação dos Programas	Programa com Melhor Resultado	Articulação dos Programas
CIANORTE	A Secretaria de Bem-Estar Social está em fase de mudança de gestor. Atualmente há um Secretário Interino.		São bons programas. No caso do Programa do Leite, não é só dar o leite, envolve pesagem, família na escola (a dificuldade das pessoas carentes é trazer a mãe para a escola e trabalhar a questão escolar com a mãe do aluno carente). O produtor de leite do município organizou-se e se qualificou.	O PETI gera vínculo com a família (o beneficiário comparece mensalmente para assinar sempre que recebe).	Faltava organizar, agora parece que está sendo organizado. O Cadastro Único simplifica a vida de todos.
CORONEL VIVIDA	Vendedor, assessor político e candidato a vereador.	Atua desde o início de 2005.	É contra o Bolsa-Família, porque cria acomodação das pessoas, que não vão atrás de trabalho e ocupação. É assistencialismo, não é geração de renda.	O PAIF é interessante; o Sentinela também, porque trabalha com a família. A profissionalização e a capacitação são essenciais. O Agente Jovem tenta preparar para o futuro, dando noções de cidadania para os adolescentes que estão muito soltos.	Não estão atendidas todas as necessidades. Não há para onde encaminhar os adolescentes ou adultos viciados ou com problemas psiquiátricos. Acompanhamento apenas psicológico, que não basta. Precitaria de desintoxicação. Falta apoio ao município para investir nessa área de capacitação, seria mais eficaz.
JACAREZINHO	A Secretária de Desenvolvimento Social é assistente social	Atua há 1 ano e 2 meses.	Bom não está, porque a necessidade é maior. O que a população precisa é de emprego. Tudo é paliativo, ajuda, mas não resolve. A demora entre o cadastro e o recebimento é de 1 ano.	O PETI trabalha com criança e envolve a família. É mais efetivo, dá margem a atividades complementares. As mães atendidas pelo PETI foram organizadas em trabalho de geração de renda, a fábrica de velas. No Programa Bolsa-Família, o beneficiário recebe no banco e não se envolve em geração de renda.	Os programas se complementam mesmo para que a população não possa receber 2 benefícios. Acabaram com a sobreposição.
LAPA	A Secretária de Desenvolvimento Social é professora municipal	Atua há 1 ano e 1 mês, mas com experiência de gestão anterior.	Satisfatórios, são bem organizados e bem explicados.	O Programa Bolsa-Família é o carro-chefe.	Não cobrem todas as necessidades.

3.2.9 Visão do Gestor

A opinião dos gestores entrevistados sobre o conjunto de programas oferecidos em seu município varia desde uma visão de que são "paliativos, isto é, que não resolvem, mas é aquilo de que se dispõe no momento, para melhorar, tem que gerar emprego" (União

da Vitória), até os que são contra o Bolsa-Família, porque "cria acomodação das pessoas que não vão atrás de trabalho e ocupação. É assistencialismo, não é geração de renda" (Coronel Vivida). Numa posição intermediária estão os que entendem que são bons programas, porque propiciam maior articulação entre as famílias e a escola e, portanto, permitem cobrar o uso dos recursos e a contrapartida em termos de saúde e educação (Cianorte e Quatro Pontes). No município de Marechal Cândido Rondon, verificou-se uma preocupação no sentido de que as pessoas utilizem de fato o benefício para aquilo que é necessário, orientando-se as famílias para que não vivam unicamente do benefício, utilizando-o apenas como complemento de renda. Já no município de Tijucas do Sul, a conscientização das crianças sobre os direitos aos recursos do Programa levou a denúncias de desvio de finalidade, o que propiciou um trabalho junto às famílias. Em Cianorte, o Programa do Leite levou à organização e à qualificação dos produtores.

Quanto ao Programa que traz o melhor resultado, as opiniões foram variadas. Para alguns, o PETI, por gerar vínculos com a família, é o mais efetivo e dá margem a atividades complementares. Para outros, esse papel é desempenhado pelo Bolsa-Família. Em Marechal Cândido Rondon, cuja situação social é equilibrada, o Programa Habitacional é o principal, uma vez que se entende que "moradia é questão essencial para família de baixa renda". No extremo oposto, o município de Tijucas do Sul, cuja situação social é mais crítica, entende que "nenhum programa resolve, são paliativos e não mudam a realidade de ninguém". Comentou ainda que, como só há emprego no período de safra, a soma dos valores do Bolsa-Família com o Luz Fraterna, a Tarifa Social da Água e o Programa do Leite "ajuda a sobreviver".

Finalmente, no que se refere à articulação entre os programas, as opiniões variaram, desde aqueles que acham que os programas não cobrem todas as necessidades, mas que se articulam e se complementam, até aqueles que entendem que há necessidade de complementar as ações da área de Assistência Social com as demais ações de políticas públicas. Mas houve certa unanimidade na avaliação de que a existência do cadastro permite visualizar melhor os beneficiários, acabando com as sobreposições e atuando de forma integrada no atendimento à família. Além disso, o uso do cadastro permite aos municípios formularem diretrizes e programas de atendimento à população. Segundo um gestor, "sem esses programas as dificuldades do município seriam maiores".

3.2.10 Percepção do Gestor com Relação ao Programa Luz Fraterna

Todos os gestores entrevistados conhecem o Programa Luz Fraterna. No entanto, poucos sabem sobre o número de beneficiários existentes em seu município, uma vez que o cadastramento para o Programa é feito exclusivamente pela COPEL, sem qualquer articulação com as equipes municipais. Os gestores se queixaram da falta de informações e de divulgação. O município é procurado pela população apenas para fornecer o NIS. No caso de Coronel Vivida e Jacarezinho, onde a concessionária de energia não é a COPEL, verificou-se maior

articulação e, inclusive, há uma preocupação da Prefeitura em encaminhar potenciais beneficiários para que se habilitem ao Programa (quadro-resumo 5).

QUADRO-RESUMO 5 - PERCEPÇÃO DOS GESTORES DOS PROGRAMAS SOCIAIS

continua

MUNICÍPIO	PERCEPÇÃO DO GESTOR				
	Conhece o Programa	Benefício do Programa Luz Fraterna	Quantidade de Domicílios Beneficiados	Impacto Positivo	Programa Estadual que mais Beneficiou a População
CIANORTE	Sim, mas falta divulgação e informação.	Com certeza beneficia a população mais necessitada. Mas ainda tem gente que vem pedir ajuda para pagar a conta. Tem gente desinformada com instalações inadequadas nas casas ou com contas atrasadas.	A COPEL não informa para o município.	O impacto positivo é que a população tem a garantia da luz. Elas estão felizes, porque podem comprar outras coisas.	Programa Luz Fraterna, porque abrange mais gente, independentemente da composição da família.
CORONEL VÍVIDA	Sim.	Sim, beneficia a população mais necessitada.	Acha que, de 2 mil famílias, mil devem se enquadrar. A maioria que tem cartão procura porque sabe que tem direito.	Diminuiu a quantidade de famílias que pedem para pagar a luz, quase desapareceu. Todo mundo tem luz em casa hoje.	Programa Luz Fraterna e Leite das Crianças (precisaria ampliar para crianças de até 4 anos) – 324 famílias beneficiadas, 9 mil litros de leite por mês.
JACAREZINHO	Sim.	Acredita que beneficia a população.	Não soube informar, mas toda semana tem gente procurando para se inscrever. Poderia ter mais divulgação.	Colabora para o aumento da renda. A população que pedia para a Prefeitura pagar a conta da luz diminuiu.	Não soube informar. Em geral, a população que recebe o benefício é a mesma e eles acabam se somando.
LAPA	Sim.	Com certeza pelos critérios exigidos.	A Prefeitura não tem um mecanismo de contato. A dificuldade é na zona rural (um único contador para várias famílias).	Sim, está ajudando muito às famílias.	Programa Leite das Crianças.
MARECHAL CÂNDIDO RONDON	Sim.	O Programa beneficia a população mais necessitada e integra o conjunto de benefícios da família. A população até se esforça para se manter no Programa. A Prefeitura orienta o acesso ao benefício.	O município não recebe informação. Recebe alguma informação da família.	É mais um dos programas de auxílio às famílias. E estas se mantêm no padrão de consumo.	Habitação e Luz Fraterna. O Programa do Leite não é a necessidade principal (muitas famílias deixam de receber nem vão atrás). No município, a população pobre superou as necessidades de sobrevivência e a demanda vai para infra-estrutura social (casa, luz e água).
PITANGUEIRAS	Sim.	Não tem informação sobre os beneficiários. Sabe que tem pessoas que recebem o benefício porque comentam.	Aproximadamente 30 famílias.	Os que recebem comentam que é um benefício sim.	O programa da COHAPAR de habitação.
QUATRO PONTES	Sim.	Sim, o Programa trouxe benefícios. Só que o fato de exigir o NIS não beneficia pessoas que fizeram o cadastro. É demorado fazer o NIS e as pessoas acabam ficando retidas na fila.	Aproximadamente 20 domicílios.	O impacto positivo é que esse desconto é uma ajuda a mais.	O Programa Leite das Crianças, porque dá liberdade para beneficiar as pessoas que realmente precisam e deveria ser ampliado para 6 anos. Quem não tem NIS deveria ter um parecer social feito pela Secretaria de Ação Social do município. Citam o exemplo dos idosos que moram sozinhos e que procuram ingressar no Programa Luz Fraterna e não conseguem entrar no Cadastro Único.

QUADRO-RESUMO 5 - PERCEPÇÃO DOS GESTORES DOS PROGRAMAS SOCIAIS

conclusão

MUNICÍPIO	PERCEPÇÃO DO GESTOR				
	Conhece o Programa	Benefício do Programa Luz Fraterna	Quantidade de Domicílios Beneficiados	Impacto Positivo	Programa Estadual que Beneficiou mais a População
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	Sim.	Não totalmente, porque tem grande percentual da população em áreas de invasão. Também a exigência do NIS é um fator limitante, pelo tempo que leva (3 a 4 meses). Anteriormente, chegava a demorar de 6 a 7 meses até obter o NIS. Com o Cadastro Único, melhorou. O acesso é mais difícil para aposentados e para aqueles que não estão inscritos no Programa Bolsa-Família. Há dificuldade de cadastrar os idosos, quando mora apenas o casal e um deles recebe aposentadoria, seja aposentado por Benefício de Prestação Continuada/Renda Vitalícia, ou INSS Rural ou contribuição.	Não.	Sim. Proporciona uma ajuda a mais para as famílias de baixa renda. Hoje não há mais procura da Secretaria para quitar as contas de luz atrasadas.	Programa Leite das Crianças tem impacto específico. Programas de luz e água são mais disseminados.
TIJUCAS DO SUL	Sim, mas não receberam orientação para o programa. A Prefeitura manda para a COPEL e a COPEL manda para a Prefeitura.	O Programa tem trazido benefício à população, mas os mais carentes não têm luz em casa. Para a maioria da população, a luz não chega na casa, e sim até o poste.	Não souberam informar.	O Programa é válido, porque ganhando esse valor todo mês já se tem uma ajuda.	O Programa Luz Fraterna é mais significativo pela soma dos valores, o leite é mais barato.
UNIÃO DA VITÓRIA	Sim.	Sim, beneficia a população mais necessitada, mas sabe-se que algumas escapam dos critérios.	5.436 famílias.	Sim, o impacto positivo é que a Prefeitura deixou de pagar muitas contas de luz e água para a população. Agora diminuiu muito a procura para pagar estas contas.	Com certeza os de água e luz, mas o principal é o programa da água (Tarifa Social da Água) sem o qual a população não pode ficar.

Pelo fato de as Prefeituras não participarem do cadastramento, suas informações acabam sendo obtidas de forma indireta, por meio da própria população, ou, pela percepção de que uma menor quantidade de pessoas procura a Prefeitura para quitar suas contas de luz. Foi mencionado pelo município de Cianorte que muitos potenciais beneficiários deixam de ser atendidos porque possuem instalações elétricas velhas e aparelhos elétricos antigos, o que os leva a ultrapassar os limites do consumo de energia. Já o município de Marechal Cândido Rondon tem um programa da Prefeitura para melhoria das instalações domiciliares de luz e água, uma vez que entendem que qualidade de vida se obtém pela qualidade da moradia. Quanto à percepção de algum impacto positivo do Programa sobre a população, de modo geral os gestores entendem que é uma colaboração indireta para o aumento de renda.

O município de São José dos Pinhais mencionou como entrave ao recebimento do benefício do Programa o fato de uma parcela significativa da população mais pobre estar vivendo em áreas de invasão e, portanto, não pode ter acesso ao Programa. No município de Tijucas do Sul, a dificuldade de acesso ao Programa deve-se ao fato de que, para a maioria da população, a luz não chega até a casa, mas somente até o poste. Foi mencionado, também, que a exigência do NIS é um fator limitante, pelo tempo que leva para

sua obtenção (de três a quatro meses). Mencionou-se, ainda, a dificuldade de cadastrar os idosos e as pessoas que não estão inscritas no Bolsa-Família, ou casais de idosos em que apenas um deles seja aposentado da Previdência Rural-FUNRURAL ou que receba Benefício de Prestação Continuada, o que extrapolaria a renda familiar *per capita*. Outra dificuldade citada é com relação a famílias formadas por pais adolescentes, que não podem ser cadastrados por causa da idade. Uma situação relatada no município da Lapa foi o caso de diversas famílias terem moradia num mesmo terreno com apenas uma entrada de luz, o que as impede de ter acesso ao Programa.

Finalmente, no que se refere à percepção de qual é o programa estadual que mais beneficiou a população, as opiniões se dividem entre o Programa do Leite e o Programa Luz Fraterna. Como disse um gestor entrevistado, "em geral a população que recebe o benefício é a mesma e eles acabam se somando". Duas sugestões interessantes foram dadas pelo município de Quatro Pontes, uma em relação ao Programa do Leite, que deveria ser ampliado para crianças de até 6 anos, e outra no caso dos idosos que não têm o NIS e que poderiam ter acesso ao Programa Luz Fraterna a partir de um parecer social feito pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

3.2.11 Considerações Finais

Esta análise revelou que o envolvimento das Secretarias Municipais de Ação Social com as atividades de cadastramento do Cadastro Único é relativamente recente e tomou impulso a partir da etapa do recadastramento. É a partir desse momento que se cria um vínculo de responsabilidade dos gestores municipais da área com a veracidade das informações prestadas, que automaticamente rebate para os demais níveis administrativos da equipe municipal. Assim, foi possível perceber o grau de comprometimento da maioria dos gestores com a qualidade do cadastro e suas preocupações com a conferência e a consistência das informações nele registradas. Esses aspectos se comprovam quando se verifica que os gestores pretendem utilizar os recursos repassados pelo MDS na melhoria da estrutura de cadastramento e das condições de controle das informações (melhoria das instalações, compra de carro, compra de equipamento de informática etc.).

Uma das principais preocupações da SETP com os resultados desta pesquisa diz respeito à proporção relativamente baixa de usuários do Programa Luz Fraterna que apresenta o NIS. Vários fatores identificados contribuem para que isso ocorra: a dificuldade de obtenção de documentos, principalmente Título de Eleitor e, por conseqüência, o CPF; famílias formadas por jovens com menos de 18 anos; famílias formadas por idosos sem acesso aos programas do Governo Federal ou casais que recebem o BPC e, assim, extrapolam a renda familiar *per capita* estabelecida para o cadastramento; entre outros. O fato de as prefeituras adotarem posturas distintas com relação ao cadastramento vai interferir na proporção de

beneficiários que possuem o NIS; essas posturas são no sentido de cadastrar os potenciais beneficiários dos programas, respeitando rigidamente ou não os limites impostos pelo MDS para a renda familiar *per capita*.

Uma restrição ao seu trabalho, mencionada com frequência pelos gestores entrevistados, refere-se à localização das pessoas para o cadastramento, bem como à checagem das informações prestadas, em função das dificuldades de acesso à zona rural nos municípios mais extensos e à constante migração de novos potenciais beneficiários dos programas.

Houve consenso entre os entrevistados quanto à importância do uso do cadastro na formulação e no acompanhamento dos programas sociais dos municípios, representando uma base de informação sistematizada que facilita e torna mais transparente o trabalho dos gestores.

No que tange à visão dos gestores com relação aos programas sociais levados a efeito no seu município em parceria com outros níveis de governo, observaram-se posicionamentos distintos, variando entre os gestores que são absolutamente contra o Bolsa-Família, por entender que esse tipo de programa acaba por gerar acomodação e apatia nos beneficiários, passando por outros dirigentes que entendem que esses programas são apenas paliativos, mas que oferecem algum tipo de ajuda à população, havendo ainda gestores que vêem na gestão desse tipo de programa uma oportunidade para reunir as famílias e trabalhar suas dificuldades. Outro aspecto mencionado foi que, pelo fato de os vários programas estarem voltados para a mesma clientela, eles acabam se somando e contribuindo para a sobrevivência das famílias. Todos concordam, no entanto, que a geração de empregos é a questão principal para o resgate da condição social da maioria da população. Foi muito interessante notar que os municípios que apresentam condição social mais desenvolvida têm preocupação com políticas que extrapolam as questões relacionadas pura e simplesmente com a sobrevivência, associadas à garantia da qualidade de vida da população; nesses municípios, a principal preocupação em termos de políticas sociais está voltada para assegurar o acesso à aquisição da moradia.

Finalmente, no que se refere à percepção dos gestores com relação ao Programa Luz Fraterna, foi importante verificar que, embora todos saibam de sua existência, o grau de informação e de conhecimento a respeito é muito restrito, podendo-se dizer que se sentem alijados do processo de cadastramento e validação dos cadastros do Programa, apesar de reconhecerem que é mais um programa que contribui para a manutenção das famílias de baixa renda.

De modo geral, fica claro na análise das entrevistas que, mais uma vez, os municípios são convocados para assumir tarefas de parceria com os governos Federal e Estadual sem que antes se observe neles a existência de uma estrutura de pessoal e de recursos compatível com essas atividades adicionais.

REFERÊNCIAS

ANDERBERG, Michael R. **Cluster analysis for applications**. New York: Academic Press, 1973. 361p.

BUSSAB, W. O.; MIAZAKI, E. S.; ANDRADE, D. F. de. **Introdução à análise de agrupamento**. [S.l.: s.n.], 1990. 105 p. Trabalho apresentado no 9.º Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística, 1990, São Paulo.

COMPARIN, Edelar Luiz. **Tipificação de propriedades rurais no Estado do Paraná: subsídios aos programas de extensão rural**. Porto Alegre, 1986. 201p. Dissertação (Mestrado) - IEPE, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FACHEL, Jandyra Maria Guimarães. **Análise fatorial**. São Paulo, 1976. 81p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Matemática e Estatística, Universidade de São Paulo.

IPARDES. **Famílias pobres no Estado do Paraná**. Curitiba, 2003. 55p

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU: EDUSP; Brasília: INEP, 1980. cap. 11-13.